

## Quem disse ?

«Os profissionais liberais continuam a pagar muito menos impostos que os trabalhadores por conta de outrem. E uma grande parte do universo empresarial continua a não pagar IRC»

**Helena Roseta**  
Visão, 8 de Junho



Director Fernando de Sousa

Internet: <http://www.partido-socialista.pt/partido/imprensa/as/> E-mail: [Accao.Socialista@partido-socialista.pt](mailto:Accao.Socialista@partido-socialista.pt)



## Gama lamenta estratégia do Governo de Viena

### Áustria tenta instrumentalizar reuniões da UE

O ministro dos Negócios Estrangeiros, Jaime Gama, aconselhou terça-feira o Governo austríaco a mudar de estratégia e a deixar de tentar «instrumentalizar» as reuniões dos Quinze em busca de uma solução para contrariar as sanções políticas bilaterais tomadas por 14 países da União Europeia. Jaime Gama teve também a oportunidade de frisar que a questão das sanções à Áustria não farão parte da cimeira da União Europeia na Feira.

«Não é aceitável que (a Áustria) pretenda instrumentalizar todas as reuniões da União Europeia, as quais têm uma agenda sobrecarregada com esta problemática», lamentou o ministro dos Negócios Estrangeiros de Portugal, durante um intervalo da reunião dos chefes da diplomacia dos Quinze, no Luxemburgo. Jaime Gama disse também que, «se a Áustria não tivesse esta visão tão insistente de querer forçar a mão da União Europeia, se calhar já tinha tido um resultado diferente para os assuntos com os quais está preocupada». Jaime Gama acrescentou ainda ter «as maiores dúvidas de que a melhor maneira que a Áustria tem para conduzir este «dossier» para por o levantar sistematicamente nos órgãos da União».

Confrontado com a possibilidade de a questão austríaca ser abordada na cimeira da Feira, Jaime Gama respondeu: «A matéria não está incluída como ponto da ordem de trabalho. A questão das sanções não é para ser tratada ao nível da União Europeia», mas sim ao nível dos 14 Estados-membros parceiros do Governo de Viena.

O ministro dos Negócios Estrangeiros declarou não encontrar razões de fundo para os 14 Estados-membros alterarem as suas sanções políticas em relação ao governo austríaco, do qual faz parte um partido de extrema-direita.

A reunião dos ministros dos Negócios Estrangeiros da União Europeia, no Luxemburgo, foi a última presidida por Jaime Gama no âmbito da presidência portuguesa, que termina no final deste mês.

Presidente da República no discurso do Dia 10 de Junho

## O País deve debater e encarar descriminalização de algumas drogas



Na sessão solene do dia 10 de Junho, em Viseu, o Presidente da República defendeu a necessidade de o país debater com seriedade o consumo de algumas drogas e de iniciar uma geração de novas políticas de apoio e de recuperação dos toxicodependentes. Em relação ao narcotráfico e aos exploradores da mão-de-obra clandestina, no entanto, o chefe de Estado insistiu na importância de um combate implacável. Na mesma intervenção, Jorge Sampaio salientou também a necessidade de a Comunidade de Países de Língua Portuguesa (CPLP) dar novos passos, concretizando projectos que lhe dêem substância e sentido.

### Política

## Fernando Gomes apresentou Relatório de Segurança Interna de 1999 Bons resultados sem violência policial



O ministro da Administração Interna, Fernando Gomes, afirmou na sexta-feira, na Assembleia da República, que Portugal, no quadro da sociedade que possui e com os instrumentos de segurança de que dispõe em meios materiais e humanos, obteve bons resultados no combate à criminalidade. Bons resultados que foram alcançados, sublinhou o mesmo membro do Governo, sem recorrer à violência policial, ou da violação dos direitos fundamentais dos cidadãos.

### Governo

## Ambiente Opção pela co-incineração confirmada



O Conselho de Ministros aprovou, na passada quinta-feira, dia 8, uma resolução que confirma a opção pela co-incineração como método de tratamento de resíduos industriais perigosos cujo destino mais aceitável é a queima.



## A cambalhota

A ânsia de poder e os ziguezagues de Durão Barroso não têm limites. Depois de brindar os portugueses com a garantia de aumentos generalizados, se fosse governo, Durão Barroso e o PSD preparam-se para a maior cambalhota da política portuguesa.

Durão sabe que tem a cabeça a prémio, que a sua credibilidade política anda pelas ruas da amargura, já que, mesmo nos momentos mais difíceis da governação socialista, não consegue capitalizar a seu favor a descida nas sondagens do Governo. Contrariamente o seu antigo «inimigo político» - Paulo Portas -, com quem agora se quer coligar, tem sabido, com a sua permanente demagogia, ganhar algum espaço e subir nas sondagens.

Entretanto, os adversários internos de Barroso «mordem-lhe» constantemente as canelas, não lhe dando tréguas, obrigando-o a gerir o PSD sentado numa autêntica bomba-relógio, pronto para estoirar a qualquer momento.

São conhecidas as intenções dos seus opositores em retirarem-lhe o lugar, descontentes que estão com a sua actuação. Desde Marcelo a Santana, passando por Dias Loureiro ou Marques Mendes, ninguém lhe poupa críticas no estilo e na forma como faz oposição.

As lutas fratricidas em que o PSD anda mergulhado não o favorecem é certo, mas a sua intenção em estabelecer convergências com o CDS-PP com vista à constituição de uma nova AD, não abonam em favor da sua tão ansiada credibilização.

Certamente que não será através de jogadas de estratégia política dificilmente perceptíveis, como esta, que Durão conseguirá «cair no goto» dos portugueses. Apesar da memória, por vezes, ser demasiado curta, todos nos recordamos das palavras com que, bem recentemente, mimoseou Paulo Portas. Também ninguém se esquece que Barroso conquistou a liderança do PSD com uma estratégia de afirmação autónoma do partido contra uma liderança protagonizada por Marcelo Rebelo de Sousa que defendia exactamente uma coligação com o CDS-PP - a tal Alternativa Democrática de triste memória.

Passados cerca de nove meses sobre as últimas eleições legislativas, em que o líder do PSD atacou duramente Paulo Portas, não só politicamente mas também pessoalmente, nada faz compreender a razão que tem levado Durão a procurar Portas para estabelecer a tal «convergência com todas as forças políticas e sociais da área não socialista».

Efectivamente, a Durão resta apenas uma saída: a conquista do poder para poder servir as suas clientelas e calar a oposição interna. Mas esta conquista passa, sobretudo, por apresentar alternativas, projectos, mostrar ideias, arranjar soluções e isso Durão continua sem saber fazer.



## PS PREPARA-SE PARA VENCER A CRISE

O destaque da primeira página da edição de 17 de Junho de 1982 do «AS» ia para uma tomada de posição da Comissão Nacional, onde pontificavam camaradas afectos a Mário Soares, sobre a crise nacional, exigindo uma clarificação do então Presidente Eanes.

Para além de uma ampla cobertura da actividade das secções do PS de norte a sul do País, o «AS» tinha bastantes artigos de opinião sobre temas da actualidade nacional.

Destaque ainda nesta edição, para a transcrição integral de uma entrevista concedida pelo então líder do PS, camarada Mário Soares, à Antena Um. Na entrevista, Soares falava das soluções do PS para a crise económica e social que se vivia no País.

J. C. C. B.

17 de Junho

Quem disse?

«Penso, há muito, estar o PS carecido de uma profunda revisão à metodologia da sua actividade»

João Gomes



## Guterres

### Mensagem do PR é «análise muito lúcida»

O primeiro-ministro, António Guterres, considerou que a mensagem do Presidente da República, no Dia de Portugal, não foi uma crítica ao Governo mas sim uma «análise muito lúcida».

Questionado no domingo, no fim da inauguração da ponte Salgueiro Maia, em Santarém, sobre as afirmações de Jorge Sampaio, que referiu, no dia anterior, a necessidade de reforma do País, Guterres considerou essa leitura correcta.

«Tanto precisa de reformas que estamos a fazê-las», declarou, acrescentando que a mensagem do Presidente foi «muito lúcida na análise quer dos aspectos que se podem aperfeiçoar quer daqueles que importa valorizar».

«Somos um País que muitas vezes não acredita em si próprio. Um dos aspectos mais importantes da intervenção de ontem do Presidente da República foi o do desenvolvimento da nossa autoestima, do orgulho em nós próprios e naquilo que temos sido capazes de fazer, apesar de

todas as dificuldades», afirmou.

António Guterres desvalorizou ainda notícias sobre a avaliação negativa do Ministério da Saúde por parte do Tribunal de Contas, sublinhando que todos os anos os relatórios deste órgão referem problemas que têm que ser corrigidos, não havendo nada de diferente em relação a este ano.

No entender do chefe do Governo, é compreensível que num sistema muito descentralizado e tão complexo como é o da saúde possam surgir pontualmente maiores dificuldades.

Quanto às afirmações do líder do PP sobre a necessidade de concretização de uma reforma fiscal, o primeiro-ministro disse que um calendário de medidas foi iniciado há muito, estando prevista a apresentação de um primeiro projecto de lei ainda nesta sessão legislativa.

«Só espero vir a ter do PP uma atitude construtiva e não demagógica para que seja possível aprovar várias medidas que vão ser apresentadas», afirmou.

## Expo-2000: Pavilhão de Portugal aposta na ciência

Uma bengala interactiva para invisuais ou um conjunto de páginas web criadas por jovens são exemplos de iniciativas na área da ciência e da tecnologia que os visitantes podem encontrar no pavilhão português, em Hannover.

Enquadrando-se no tema da Expo-2000, «O Homem, a Natureza e a Tecnologia», o Ministério da Ciência e da Tecnologia, que tutela a presença portuguesa no certame, decidiu apresentar alguns projectos concretos nesta área.

Durante a visita ao Pavilhão de Portugal, quem quiser conhecer um pouco mais sobre o País, a sua história e património, pode fazê-lo através da consulta de ecrãs tácteis, onde estão disponíveis as melhores páginas Internet criadas por alunos das escolas de todo o País.

O espaço exterior do Pavilhão está também equipado com ecrãs tácteis que permitem a

quem espera na fila ter um primeiro contacto com a realidade portuguesa.

Outro dos objectos em exposição em Hannover é uma cadeira de vidro, projectada por estudantes do Instituto Superior Técnico, em Lisboa, em colaboração com alunos do Massachusetts Institute of Technology, de Boston.

No Pavilhão de Portugal estão também em exibição trabalhos na área da robótica, dois veículos preparados para realizar missões científicas no mar, em modo completamente automático.

À saída do Pavilhão de Portugal os visitantes podem testar o sistema de guia e comunicação para invisuais, criado na Faculdade do Porto por Pedro Teixeira, que consiste numa bengala ligada a um auricular que emite sons quando em contacto com placas metálicas colocadas no solo para sinalizar os trajectos.

## IPJ lança OTL no distrito de Évora

### Jovens com ocupação de tempos livres no Verão

Mais de 1500 jovens do distrito de Évora participam este ano no programa de Ocupação de Tempos Livres (OTL) do Instituto Português da Juventude (IPJ).

O programa, a decorrer entre 1 de Julho e 12 de Setembro, visa promover, de forma saudável, a ocupação dos tempos livres dos jovens, com idades entre os 15 e 25 anos, abrangendo os 14 concelhos do distrito.

A iniciativa envolve no distrito de Évora um total de 240 projectos, em áreas tão diversas como o ambiente, cultura, património histórico, apoio a idosos e à infância e outras de interesse social e comunitário.

Os projectos serão desenvolvidos em colaboração com diversas entidades locais, designadamente autarquia, instituições privadas de solidariedade social, associações e misericórdias.

Segundo o IPJ, o período diário de participação dos jovens nos diferentes projectos varia de três a cinco horas, por um período máximo de três semanas, tendo direito a uma bolsa horária de 250 escudos - paga pelo IPJ - e a um seguro de acidentes pessoais, envolvendo um total de encargos no valor de 17 milhões de escudos.

DIA 10 DE JUNHO

Presidente da República em discurso

## O PAÍS DEVE DEBATER E ENCARAR DESCRIMINALIZAÇÃO DE ALGUMAS DROGAS

**Na sessão solene do dia 10 de Junho, em Viseu, o Presidente da República defendeu a necessidade de o país debater com seriedade o consumo de algumas drogas e de iniciar uma geração de novas políticas de apoio e de recuperação dos toxicodependentes. Em relação ao narcotráfico e aos exploradores da mão-de-obra clandestina, no entanto, o chefe de Estado insistiu na importância de um combate implacável. Na mesma intervenção, Jorge Sampaio salientou também a necessidade de a Comunidade de Países de Língua Portuguesa (CPLP) dar novos passos, concretizando projectos que lhe dêem substância e sentido.**

**D**iscursando na cerimónia do Dia de Portugal, de Camões e das Comunidades Portuguesas, perante as mais altas individualidades políticas e judiciais do País, o Presidente da República insistiu na necessidade de um reforço da repressão de práticas incompatíveis com a defesa do regime democrático e dos direitos dos cidadãos, nomeadamente os narcotraficantes e os exploradores da mão-de-obra clandestina. Tendo também a orelha do chefe de Estado de Cabo Verde, Mascarenhas Monteiro, Jorge Sampaio frisou ser preciso uma atitude «implacável» com as redes internacionais de tráfico e exploração de mão-de-obra, «extremando os limites da lei para que, à sombra de subterfúgios ainda existentes, não se perpetuem as situações de degradação humana que não podemos tolerar. Devemos ser intransigentes com as redes internacionais de imigrantes ilegais e com os empregadores nacionais que procuram aumentar os seus lucros à custa da exploração inumana da mão-de-obra clandestina», sustentou.

Também segundo o Presidente da República, «é indispensável que a lei em vigor sobre as condições de trabalho e a qualidade do emprego seja respeitada, reprimindo-se o recurso ao emprego ilegal, ao trabalho clandestino e ao trabalho infantil». Por outro lado, adiantou, «tudo devemos fazer para que os traficantes sejam severissimamente punidos, tomando-se todas as medidas de combate ao branqueamento do dinheiro da droga». Sobre o problema da toxicod dependência, o Presidente da República enfatizou que «não é bom conselho fecharmo-nos em ideias pré-concebidas. Hoje, a par do reforço das políticas repressivas de combate ao narcotráfico, que têm de ser cada vez mais severas e eficazes, é indispensável encarar com seriedade a



descriminalização do consumo de algumas drogas e de iniciar uma nova geração de políticas de apoio a toxicod dependentes. Não podemos transformar o combate à droga e aos traficantes num combate aos cidadãos toxicod dependentes», observou Jorge Sampaio.

### Sampaio contra alarmismos

O Presidente da República sublinhou depois que a indicação que faz dos problemas que afectam e condicionam a sociedade portuguesa decorrem da sua «preocupação com os grandes objectivos estratégicos» do desenvolvimento de Portugal. «O Presidente da República não é nem alternativa, nem o substituto dos governos ou das oposições», reafirmou Jorge Sampaio, para quem «a estabilidade não se confunde com passividade nem como imobilismo» políticos. Quanto à economia, há que «saber distinguir o que não pode ser confundido: uma coisa são as dificuldades conjunturais que tornam mais vulneráveis as nossas fragilidades estruturais. Outra coisa bem diferente é a visão catastrófica de um país à beira de uma crise económica, porque essa não é a nossa realidade», referiu.

Para Jorge Sampaio, «é preciso rigor na preparação do futuro e realismo na gestão

do presente», cabendo aos responsáveis políticos «apresentar (aos portugueses) com rigor o estado do País, não iludindo as dificuldades e não adiando as questões». Esta intervenção do chefe de Estado foi depois muito elogiada pelo primeiro-ministro, António Guterres. Também durante a sessão solene do Dia de Portugal, de Camões e das Comunidades Portuguesas, o Presidente da República considerou que chegou a altura de a CPLP «dar novos passos» e de lhe serem traçados «objectivos de médios prazos». Fazendo uma «análise positiva destes primeiros anos da CPLP», Jorge Sampaio frisou que «agora é chegada a hora de dar novos passos, concretizando projectos que dão sentido e substância». Entre esses projectos, adiantou, «está, naturalmente, o de pôr em acção uma política ambiciosa de língua, com instrumentos, como a televisão e as novas tecnologias de comunicação, com meios e com uma dinâmica tais que possam dar ao português a afirmação e a difusão a que tem direito».

Insistindo na «evolução progressiva da comunidade», Jorge Sampaio defendeu a necessidade de «dotar a CPLP de uma plataforma de objectivos a médio prazo, dos recursos financeiros necessários e de um sistema de avaliação rigorosa dos seus resultados». Dirigindo-se em particular ao

Presidente de Cabo Verde, Jorge Sampaio expressou o seu agradecimento pelo contributo dado ao desenvolvimento de Portugal pela comunidade cabo-verdiana imigrante.

O chefe de Estado reafirmou ainda a vontade de combater, além da xenofobia e do racismo, «a falta de condições sociais», as «dificuldades de uma integração que proporcione» e assegure «ao mesmo tempo o respeito pelas identidades culturais e religiosas» que coexistem no país.

### Guterres elogia emigrantes

Antes da sessão solene, o Presidente da República participou numa videoconferência com jovens luso-descendentes no pavilhão de Portugal da Expo-2000 em Hanôver, Alemanha. O chefe de Estado, que recebera momentos antes o corpo diplomático acreditado em Portugal e inaugurara a exposição «32 jovens pintores», insistiu com os jovens num ponto: obterem a maior formação académica, profissional e técnica possível para assim terem sucesso no regresso a Portugal, ou se permanecerem nos países de acolhimento. Jorge Sampaio instou depois os jovens a pedir aos membros do Governo com quem estavam – o ministro da Ciência e da Tecnologia, Mariano Gago, e os secretários de Estado Ana Benavente e José Lello – para resolverem os problemas do ensino da língua portuguesa e da equiparação dos diplomas obtidos no estrangeiro.

Na véspera, em Paris, o primeiro-ministro, António Guterres, afirmou que a comunidade portuguesa em França dignifica e honra Portugal. António Guterres participou na passada sexta-feira no jantar de gala de encerramento do I Congresso Europeu das Empresas Familiares que decorreu durante três dias na capital francesa. O primeiro-ministro optou por enviar «uma mensagem muito sentida de fraternidade e de solidariedade à comunidade portuguesa em França». Uma comunidade que «muito nos dignifica, que muito nos honra, que é a mais importante comunidade que temos no estrangeiro e dá um contributo fundamental para o próprio desenvolvimento da França», declarou.

António Guterres lembrou, aliás, que «esse contributo é sempre referido pelos responsáveis políticos franceses, de uma forma altamente elogiosa que muito nos orgulha». O Dia 10 de Junho, Dia de Portugal, de Camões e das Comunidades Portuguesas foi celebrado oficialmente em França com uma recepção na Embaixada de Portugal, em Paris, enquanto as associações realizaram numerosas iniciativas culturais e desportivas.

## BONS RESULTADOS SEM VIOLÊNCIA POLICIAL

O ministro da Administração Interna, Fernando Gomes, afirmou na sexta-feira, na Assembleia da República, que Portugal, no quadro da sociedade que possui e com os instrumentos de segurança de que dispõe em meios materiais e humanos, obteve bons resultados no combate à criminalidade. Bons resultados que foram alcançados, sublinhou o mesmo membro do Governo, sem recurso à violência policial, ou da violação dos direitos fundamentais dos cidadãos. Resultados e conclusões que foram recentemente reconhecidos pelo Comité para a Tortura do Conselho da Europa, pela Amnistia Internacional e pela maioria dos cidadãos portugueses. Do relatório de Segurança Interna, destaque para a descida do número de participações de crimes de homicídio ou de ofensas corporais graves.



«O nosso projecto actual e o do futuro vão no sentido de que o país disponha cada vez mais de elevados índices de segurança, tendo presente que a polícia está ao serviço das pessoas. Queremos obter os melhores resultados, primeiro na prevenção, depois na investigação, mas sem esquecer que a eficácia policial deverá manter-se nos limites do respeito pelos direitos fundamentais dos cidadãos.» Foi com estas palavras que o ministro da Administração Interna terminou o seu discurso perante os deputados, no qual procedeu à apresentação e à explicação dos resultados constantes no Relatório de Segurança Interna de 1999.

Na mesma ocasião, Fernando Gomes revelou ter entregue ao presidente da Assembleia da República, Almeida Santos, pareceres dos professores João Campos, Sérvulo Correia e Viera de Andrade, onde se conclui que a proposta do Governo de criação de sindicatos da polícia não contraria a Constituição. «A criação das associações sindicais de polícia há tanto desejadas não pode deixar de contribuir para a clarificação da situação de representatividade dos seus profissionais», contribuindo para «uma mais linear, transparente e correcta relação constitucional». Segundo o ministro, «projectos como os da implementação das polícias municipais, do desenvolvimento da vertente civil na PSP da utilização cada vez maior dos agentes policiais em acções de policiamento, do desenvolvimento de programas escolares modernos e da utilização das novas tecnologias, com destaque para a informatização da actividade policial, para além dos aspectos quantitativos, consubstanciam uma



alteração qualitativa dos resultados da acção policial para o futuro».

É precisamente nesse contexto, justificou logo a seguir, que cabe enquadrar o exercício da «liberdade sindical e os direitos de negociação colectiva e de participação pessoal da PSP. Como é hábito, o Governo apresentou uma proposta que pretende regular estes exercícios e direitos. Sem até hoje se declararem contrários a tais princípios, alguns grupos parlamentares (especialmente o PSD) mostram-se reticentes quanto à sua adesão à proposta do Governo sob o pretexto de que a Constituição da República não a acolhe», lamentou o membro do Executivo socialista.

### Apelo à seriedade nas oposições

Quanto aos resultados do Relatório de Segurança Interna do ano passado, Fernando Gomes advertiu que os «números relativos à participação de crimes devem ser analisados com rigor, sem o que se corre o risco de chegar a conclusões erradas no plano das políticas de segurança pública e combate à criminalidade. A matéria de segurança

interna, pela sua natureza, terá de abordar-se com uma postura de grande responsabilidade, o que implica o não envolvimento de quem a discute num mero debate estatístico ou contabilístico como arma de arremesso político», declarou. Pelo contrário, na sua perspectiva, a observação do relatório deve constituir, sobretudo, «um instrumento de análise para projectos de futuro mais informados e, conseqüentemente, susceptíveis de permitir melhores ou diferentes soluções». No que respeita ao ano de 1999, a taxa de participações registadas pela PSP, GNR e PJ aumentou 5,9 por cento relativamente a 1998, sendo um crescimento que, em termos relativos, não é muito significativo. Contudo, «não pode deixar de merecer toda a nossa atenção», referiu, lembrando que cedo denunciou que o ano passado «representava um crescimento anormal de dois tipos de crimes: o roubo por esticão e o furto na via pública».

De acordo com o ministro da Administração Interna, «o conhecimento de que cerca de 60 por cento dos crimes contra as pessoas e contra o património tem hoje por base o consumo de droga, leva-nos à motivação e à procura de melhores soluções para o problema nas suas raízes; depois, o facto

de este tipo de crimes contribuir fortemente para o sentimento de insegurança dos cidadãos, levou-nos a equacionar um conjunto de medidas para os atalhar».

### Crimes de homicídio descem

Um dado importante, segundo o ministro da Administração Interna, é a descida em 6,8 por cento do número de participações nos crimes de homicídio, ofensas corporais graves e violações». Ora, isto significa que «os mais crimes contra as pessoas registaram um decréscimo que exprime, a um nível profundo, uma tendência para a pacificação da sociedade portuguesa». Esta tendência, como realçou o titular da pasta da Administração Interna, «não é passível de duas leituras, uma vez que os crimes como o homicídio e as ofensas corporais graves apresentam baixas cifras negras, pois são, quase sempre participados, ao contrário do que sucede com os crimes de furto, difamação, injúria ou de ofensas corporais simples, por exemplo, cujas vítimas optam muitas vezes pela inércia».

Embora o ministro reconheça que a diminuição das participações de crimes contra as pessoas foi acompanhada por um acréscimo das participações dos crimes contra o património ou contra a vida em sociedade, Fernando Gomes, no entanto, frisou que esses aumentos «não podem ser imputados a uma deficiente actuação criminal do Governo, ou a uma ineficaz acção da polícia. O aumento de participação de furtos exprime uma maior confiança dos cidadãos nas autoridades, que os leva a denunciar crimes que no passado omitiam por não acreditarem na sua efectiva perseguição e punição».

Segundo o ministro da Administração Interna, «em todos os domínios, a política do actual Governo e do anterior (também socialista) orienta-se numa direcção bem definida: abertura de novas esquadras e postos de polícia, em vez do seu encerramento (estão em construção 40 novos quartéis e esquadras, em lançamento de concurso mais 20 e em execução de projecto 76); aumento significativo do número de agentes dos Serviços de Estrangeiros e Fronteiras (desde 1996 formaram-se 10064 agentes e guardas e entram ao serviço este ano mais 2090); reforço dos meios e equipamentos (adquiriram-se desde 1995, 4912 viaturas, sendo 350 para a Escola de Segurança); deram-se os passos que faltava para a criação das polícias municipais, tendo já terminado o prazo para apresentação de candidaturas». Importante, sem dúvida, o policiamento de proximidade e estão em aplicação programas de protecção à vítima especialmente carentes, como os jovens e os idosos.

## OPÇÃO PELA CO-INCINERAÇÃO CONFIRMADA

O Conselho de Ministros aprovou, na passada quinta-feira, dia 8, uma resolução que confirma a opção pela co-incineração como método de tratamento de resíduos industriais perigosos cujo destino mais aceitável é a queima.

Na sequência da resolução n.º 98/97, de 25 de Junho, definiu o XIII Governo Constitucional uma estratégia de gestão dos resíduos industriais, ao abrigo da qual foram aprovados o decreto-lei que estabeleceu as regras a que fica sujeita a gestão de resíduos e o diploma que transpôs para o direito interno as disposições constantes da directiva comunitária relativa à incineração de resíduos perigosos.

Ao abrigo deste dispositivo, iniciou-se o processo de avaliação de impacto ambiental de um projecto de tratamento de resíduos industriais perigosos pelo sector cimenteiro, que culminou com um despacho da ministra do Ambiente de 28 de Dezembro de 1998.

Posteriormente, a Assembleia da República decretou que as operações de co-incineração de resíduos industriais perigosos, incluindo a avaliação e selecção de locais para queima e tratamento desses resíduos, ficariam condicionadas ao parecer de uma Comissão Científica Independente. Ora, tendo em conta o parecer da Comissão Científica Independente, o Executivo entendeu não existirem razões para introduzir alterações ao decreto-lei n.º 273/98, de 2 de Setembro, face à inexistência de matéria susceptível de ser revista.

Assim, este diploma acolhe as seguintes decisões confirma a opção pela co-incineração como método de tratamento de resíduos industriais perigosos cujo destino mais aceitável é a queima; confirma também a hierarquia de opções de gestão de resíduos consignada na resolução de Conselho de Ministros n.º 98/97, de 25 de Junho, o que significa que só deverão ser conduzidos para co-incineração os resíduos que não sejam passíveis de redução, reutilização ou reciclagem; e comete ao Instituto dos Resíduos a elaboração de uma lista de resíduos susceptíveis de co-incineração.

O diploma aprovado reitera igualmente que as autoridades competentes deverão atender às recomendações do relatório da Comissão Científica Independente na definição das condições de autorização do projecto de co-incineração; e confirma a continuidade do projecto de co-incineração em cimenteiras, nos termos da legislação em vigor, sob a supervisão da Comissão Científica Independente.

### Co-incineração em Souselas e Outão

Na mesma reunião os governantes deram luz verde a uma resolução que acolhe a preferência manifestada pela Comissão Científica Independente pela localização do



projecto de co-incineração nas unidades cimenteiras de Souselas (Coimbra) e Outão (Setúbal), nos termos e com as limitações ali recomendadas.

Face à dimensão e gravidade que assume o problema dos resíduos industriais, em especial no que respeita às consequências ambientais emergentes da ausência de tratamento adequado e da proliferação de lixeiras e locais contaminados existentes por todo o País onde são depositados clandestinamente, sem qualquer controlo, toda a espécie de resíduos industriais, o Executivo socialista definiu uma estratégia de gestão dos resíduos industriais capaz de conduzir a uma gestão eficiente, moderna e adequada deste tipo de resíduos, clarificando regras e identificando as responsabilidades dos diversos intervenientes.

De entre os vários princípios orientadores da estratégia de gestão dos resíduos industriais, o Governo optou, designadamente, por eleger como princípio fundamental a necessidade de se proceder à separação dos resíduos industriais, quer em relação aos restantes tipos principais de resíduos (urbanos, hospitalares e outros), quer através da separação, na origem, entre os resíduos industriais perigosos e não perigosos, atenta a significativa diferença existente quanto aos correspondentes métodos de gestão a adoptar – formas de recolha e transporte, tipos de valorização, tratamento e destino final.

No que diz respeito em especial aos resíduos industriais perigosos, cuja classificação resulta de critérios de distinção objectivos válidos no espaço da União Europeia, o Executivo do PS, considerando as vantagens ambientais e económicas comprovadas em vários estudos comparativos, a necessidade de atingir os requisitos ambientais exigidos pela legislação nacional e europeia, a existência de um saldo de custo-benefício

ambientalmente favorável, bem como a maior flexibilidade na implementação e funcionamento deste sistema, optou pela solução da co-incineração em unidades cimenteiras nacionais, como forma preferencial de tratamento de resíduos industriais perigosos incineráveis, cuja produção não possa ser evitada e que não sejam susceptíveis de reutilização ou reciclagem.

Nessa conformidade, o Governo chefiado por António Guterres estabeleceu as regras a que fica sujeita a incineração de resíduos perigosos por forma a prevenir ou reduzir ao mínimo os efeitos negativos no ambiente.

Na sequência da apresentação de um projecto de eliminação de resíduos industriais pelo sector cimenteiro, incluindo o respectivo Estudo de Impacte Ambiental, foi nomeada uma Comissão de Avaliação do Impacte Ambiental e decorreram diversas audiências públicas, uma em cada uma das potenciais localizações relevantes para a implementação do processo de co-incineração.

A comissão concluiu que «não se colocam questões de carácter técnico inibidoras da localização de qualquer das componentes do projecto» e que os «problemas de natureza técnica suscitados pelas diversas localizações das diversas componentes do projecto são passíveis de ser enfrentados tecnicamente com suficiente eficácia ambiental, uma vez adoptadas as soluções que reflectam o estado da arte e assegurado o cumprimento rigoroso dos procedimentos legais e a satisfação das condicionantes constantes deste parecer». Não obstante a possibilidade de qualquer uma das localizações, a Comissão de Avaliação de Impacte Ambiental propôs as localizações de Maceira e de Souselas no que respeita à co-incineração.

Nos termos do relatório elaborado pela referida Comissão, e depois de aludir à

necessidade premente de Portugal dispor de unidades de queima de resíduos industriais perigosos, recomendou-se a implementação do «processo de co-incineração em fornos de unidades cimenteiras por não implicar um acréscimo previsível de emissões nocivas para a saúde quando comparado com a utilização de combustíveis tradicionais, por ter menores impactos ambientais que as incineradoras dedicadas, contribuir para um decréscimo do efeito de estufa, conduzir a uma maior recuperação de energia, por não ter impactos ambientais acrescidos em relação aos da produção de cimento quando respeitando os limites fixados, por razões económicas mais favoráveis em termos de investimentos e de custos de operação, e por se revelar como uma solução mais flexível para a gestão dos resíduos industriais perigosos, permitindo acompanhar melhor a evolução tecnológica».

A Comissão recomendou, por outro lado e sempre fundamentadamente, que o processo de co-incineração fosse implementado nas cimenteiras de Souselas (Coimbra) e do Outão (Setúbal) e que fossem observadas determinadas regras e procedimentos destinados a garantir a inexistência de impactos ambientais acrescidos em relação à produção de cimento e a ausência de riscos para as populações e a segurança dos operadores. Assim, o diploma aprovado em reunião de Conselho de Ministros vem assim acolher a preferência manifestada pela localização do projecto de co-incineração nas unidades cimenteiras de Souselas e Outão; facultar aos interessados a possibilidade de se pronunciarem por escrito, através do Instituto de Promoção Ambiental (IPAMB), até 15 dias após a publicação da resolução, sobre as medidas decorrentes do número anterior e constantes do Relatório da Comissão Científica Independente; e remeter para despacho do ministro do Ambiente e do Ordenamento do Território, a conclusão sobre a ponderação das recomendações da Comissão Científica Independente e dos argumentos aduzidos pelos interessados quanto à localização do projecto de co-incineração em unidades cimenteiras.

O Executivo socialista declarou, pois, para todos os efeitos legais, que face à premência em tomar medidas que permitam resolver o grave problema ambiental do tratamento dos resíduos industriais, o desenvolvimento do processo de co-incineração de resíduos industriais perigosos nas unidades cimenteiras nacionais e os actos em que o mesmo se concretize revestem relevante interesse público; e reconheceu que prolongar ou agravar a actual situação relativa à insuficiência do tratamento dos resíduos industriais perigosos em causa, constitui grave lesão do interesse público.

PELO PAÍS

Governação Aberta

**ADMINISTRAÇÃO INTERNA**

O secretário de Estado Adjunto do ministro da Administração Interna anunciou, no dia 11, em Vila Real, que o Governo está a desenvolver um programa para dotar as cidades com equipamento de prevenção e combate aos incêndios urbanos.



Manuel Diogo, que presidia à cerimónia de entrega de uma auto-escada e de um pronto socorro urbano aos Bombeiros da Cruz Verde de Vila Real, referiu que o Executivo tem agora como prioridade a protecção e o combate aos incêndios urbanos.

«Depois da renovação das frotas dos bombeiros no combate aos incêndios florestais, verifica-se agora cada vez mais a necessidade de proteger as cidades», sublinhou.

O governante considera que as cidades têm vindo a crescer de uma forma rápida, não só em comprimento a nível de território, mas também em altura, por isso a aposta nas auto-escadas.

«Estamos a dotar os centros urbanos com um conjunto de equipamentos, nomeadamente 35 auto-escadas, que visam resolver com eficácia os problemas que aí possam surgir», salientou.

Segundo Manuel Diogo, trata-se de um «grande esforço financeiro que o Governo está a fazer a nível do equipamento dos bombeiros portugueses, tanto nos meios de locomoção – carros de pronto socorro e ambulâncias – como também na modernização das instalações e na formação dos agentes».

**ADMINISTRAÇÃO LOCAL**

O secretário de Estado da Administração Local, José Augusto Carvalho, anunciou segunda-feira, dia 12, em Leiria, que os apoios ao equipamento associativo e religioso vão aumentar um milhão de contos (cinco milhões de euros) este ano. A verba inicialmente inscrita no Orçamento de Estado era de três milhões de contos (15 milhões de euros), mas o elevado número de candidaturas obriga a um aumento, reconheceu José Augusto Carvalho, considerando que «há uma descoordenação entre a capacidade

orçamental e o número de candidaturas apresentadas».

Desta forma, o programa de equipamento associativo e religioso, criado no âmbito da Secretaria de Estado da Administração Local, «vai ter um reforço de um milhão de contos ainda este ano, para poder descongestionar esta situação».



Assim, «as candidaturas que ainda não foram atendidas mantêm-se válidas até final do ano», notou o secretário de Estado.

Afirmando que estes subsídios não «beneficiam dos favores da União Europeia», mas dependem directamente do Orçamento de Estado, José Augusto Carvalho explicou que este programa não era muito divulgado.

Actualmente, «os apoios são mais procurados pelas associações locais», referiu.

No distrito de Leiria, 137 associações candidataram-se a subsídios de 60 por cento para obras com orçamentos não superiores a dez mil contos, mas apenas 15 viram a sua proposta aprovada.

**CIÊNCIA**

«As ciências sociais e humanas questionam cada vez mais a própria ideia de Ciência», admitiu quinta-feira, dia 8, o ministro da Ciência e da Tecnologia, Mariano Gago.

Discursando na cerimónia de entrega do Prémio Gulbenkian de Ciência 1999, atribuído a dois investigadores da área de História, o governante destacou o papel das ciências sociais e humanas, atribuindo-lhes uma «grande responsabilidade» perante o público.

Em causa, segundo o ministro, está o facto de muito do que é produzido nesta área poder ser lido por especialistas e por não-cientistas, sendo raras as ciências em que isso acontece.

O Prémio Gulbenkian de Ciência 1999, no valor de três mil contos, foi entregue aos investigadores Cristina Pina e Sousa e Saúl António Gomes, da Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, pelo seu trabalho relacionado com o mosteiro cisterciense em Santa Maria de Cós, Alcobça.

O estudo, intitulado «Intimidade e Encanto», revela a primeira abordagem em Portugal do que foi a comunidade monástica no feminino, passando por áreas como a história da arte e da alimentação, explicou Saúl Gomes.



Trata-se de uma abordagem global da história do mosteiro, do ponto de vista artístico e da comunidade humana residente ou com relações com os religiosos.

O trabalho percorre um período temporal muito abrangente, que vai desde os tempos medievais até 1834, data da extinção do mosteiro (actualmente em ruínas), com particular destaque para os séculos XVI, XVII e XVIII.

**DESPORTO**

A recente recusa do Benfica em assinar o contrato programa referente às obras nos estádios para o Euro 2004 em futebol causou «alguma estranheza» ao ministro adjunto, Fernando Gomes.

«Causa-me alguma estranheza um aumento de custos que varia entre os iniciais 5,2 milhões de contos e os 11 milhões de contos actuais», considerou o ministro, para quem «há regras a cumprir, previamente estipuladas no protocolo que o Benfica assinou».

A eventual ausência do Estádio da Luz do lote de dez estádios inicialmente previstos não prejudica, no entanto, a organização do Europeu nem a realização da final do campeonato.

«Inicialmente era complicada a ausência do Estádio da Luz, porque era o único estádio com capacidade para 50 mil lugares, mas o Sporting alterou o seu projecto e terá esses lugares disponíveis, assim como o FC Porto. Logo um local recebe a cerimónia de abertura e outro a final», referiu Fernando Gomes.

Contudo, o governante frisou que as negociações com o Benfica ainda não estão encerradas, havendo também a hipótese de o clube custear a totalidade das obras e não pretender o subsídio estatal, como tem afirmado o presidente «encarnado», João Vale e Azevedo, que já anunciou a realização dos melhoramentos com verbas próprias.

**ECONOMIA**

O ministro das Finanças e Economia desmentiu, no dia 9, em Lisboa, que esteja em preparação um orçamento rectificativo, apesar de as receitas do Imposto sobre os Produtos Petrolíferos (ISP) estarem nos cinco primeiros meses 48 milhões de contos abaixo de período homólogo de 1999.

Pina Moura, que falava em conferência de Imprensa no âmbito do Dia Europeu da Concorrência, assinalou que ao contrário do ISP as receitas de IRS e IVA excederam as previsões nos primeiros meses do ano.



O governante observou que a execução está próxima da percentagem homóloga de 1999 no domínio das receitas e tem um desempenho mais favorável na despesa, sendo os valores consistentes com o Orçamento de Estado para 2000 (OE 2000).

O ministro classificou como um «objectivo irrenunciável» não ultrapassar um défice do sector público administrativo (SPA) de 1,5 por cento do PIB e recordou que o OE 2000 e o decreto de execução orçamental prevêm um congelamento de verbas para acautelar desvios do lado da receita, designadamente do ISP.

**EQUIPAMENTO**

O ministro do Equipamento Social, Jorge Coelho, inaugurou, no dia 12, a estação terrena de satélite que vai passar a assegurar as comunicações com o exterior a partir das ilhas das Flores e Corvo.

O novo equipamento permitirá melhorias nas comunicações de ambas as ilhas, sendo as ligações do Corvo encaminhadas por feixe para Santa Cruz das Flores, onde foi implantada a estação. Flores e Corvo ficaram de fora do anel de fibra óptica que liga as outras sete ilhas do arquipélago, uma opção justificada pelos elevados custos que implicaria a sua inclusão.

A inauguração da estação terrena das Flores inseriu-se no âmbito do programa da visita que o Governo Regional iniciou segunda-feira ao grupo ocidental dos Açores, e que se prolonga por cinco dias.

PELO PAÍS

Governança Aberta

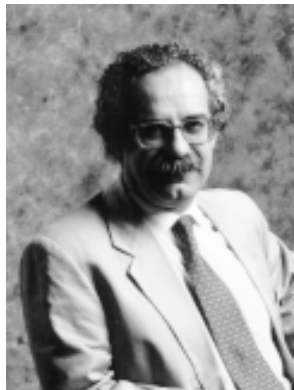
Nas Flores, o Governo Regional inaugurou, também, o novo matadouro da ilha e o nova estação dos correios de Santa Cruz.



Durante a visita ao Corvo foi igualmente inaugurado um quiosque multimédia e terminal «Infocid», sendo ainda aberta a sede da associação agrícola e do núcleo local dos Serviços de Desenvolvimento Agrário.

PLANEAMENTO

O secretário de Estado adjunto da ministra do Planeamento, Ricardo Magalhães, anunciou, no dia 10, que os primeiros projectos do III Quadro Comunitário de Apoio serão aprovados até ao fim do mês.



Segundo Ricardo Magalhães, as unidades de gestão dos cinco programas operacionais regionais começarão a funcionar logo após a sua assinatura, que decorrerá a 20 de Junho na Fundação de Serralves, no Porto.

O secretário de Estado falava em Alfândega da Fé, onde presidiu à inauguração de uma unidade hoteleira e visitou a Festa da Cereja, certame que decorreu naquela vila.

A Estalagem Nossa Senhora das Neves, de cinco estrelas e com 25 quartos e duas

suites, encontra-se a mil metros de altitude, em plena serra de Bornes.

Situada junto da estrada que Macedo de Cavaleiros a Alfândega da Fé, de onde dista cerca de uma dezena de quilómetros, é um investimento de 400 mil contos, resultado de uma parceria entre a câmara local e investidores privados. A construção da estalagem beneficiou de 275 mil contos de fundos comunitários, originários de um programa de apoio ao investimento turístico e do Feder.

TURISMO

O secretário de Estado do Turismo, Vítor Neto, disse que o Conselho de Ministros aprovará brevemente o diploma que abre o caminho à consagração da gastronomia como património nacional. Falando sábado, no final da inauguração da V Semana de Gastronomia Portuguesa, que decorreu no Parque Municipal de Feiras e Exposições de Lagoa, Vítor Neto, sublinhou que o diploma vai dar valor legal a um trabalho desenvolvido na Direcção-Geral de Turismo.



«Entre os princípios definidos para a provação do diploma consta a criação de um inventário nacional das receitas tradicionais portuguesas e os produtos específicos que integram cada uma dessas receitas», disse o governante.

A criação de uma base de dados nacional gerida por um organismo, o qual tem como missão a preservação e defesa desse conjunto de dados, e o lançamento de uma série de concursos de gastronomia à escala nacional e regional para a promoção da gastronomia são outros pontos previstos no futuro diploma.

«Os empresários do sector da restauração, em todas as regiões do País, desde que acarinhem e tratem com elevada qualidade a gastronomia das suas regiões, podem fazer bons negócios com a consagração da gastronomia como Património Nacional», declarou.

Para Vítor Neto, trata-se de um produto turístico novo, a gastronomia, sector «onde há uma vasta experiência em muitas regiões e onde vale a pena investir».

CONSELHO DE MINISTROS

Reunião de 8 de Junho

O Conselho de Ministros aprovou:

- Uma resolução que confirma a opção pela co-incineração como método de tratamento de resíduos industriais perigosos cujo destino mais aceitável é a queima;
- Uma resolução que acolhe a preferência manifestada pela Comissão Científica Independente pela localização do projecto de co-incineração nas unidades cimenteiras de Souselas (Coimbra) e Outão (Setúbal), nos termos e com as limitações ali recomendadas;
- Uma proposta de lei que aprova a Lei da Rádio;
- Um decreto-lei que reorganiza sob a forma empresarial a gestão da carteira de títulos do Estado e do património imobiliário público através da criação da Parpública - Participações Públicas (SGPS), SA;
- Um decreto-lei que prorroga as medidas preventivas de ocupação do solo na área potencial de localização do novo aeroporto da OTA;
- Um decreto-lei que cria bonificações de juros para as linhas de crédito destinadas ao financiamento complementar dos projectos de investimento de natureza municipal e intermunicipal aprovados no QCA 2000-2006;
- Uma proposta de resolução que aprova, para adesão, a convenção relativa à criação de uma Agência Espacial Europeia (ESA), assinada em Paris a 30 de Maio de 1975;
- Um decreto-lei que cria a Agência Nacional para a gestão das segundas fases dos programas de acção comunitários «Leonardo da Vinci» e «Sócrates», bem como a respectiva Comissão Nacional;
- Um decreto-lei que cria os órgãos consultivos do Ministério da Agricultura, do Desenvolvimento Rural e das Pescas e estabelece os critérios de representatividade das organizações que integram esses órgãos;
- Um decreto-lei que transpõe para a ordem jurídica interna a directiva comunitária que fixa métodos de análise para a determinação dos teores de amprolium, do diclazuril e do carbadox nos alimentos para animais e nas pré-misturas e revoga métodos de análise previstos na portaria n.º 816/89, de 14 de Setembro;
- Um decreto-lei que transpõe para a ordem jurídica interna a legislação comunitária que aprovou o Regulamento da Inspeção de Navios Estrangeiros (RINE);
- Um diploma que revê a legislação do Sector Eléctrico Nacional;
- Um diploma que altera o n.º 3 do artigo 2º do decreto-lei que estabelece o estatuto legal da carreira de técnico de diagnóstico e terapêutica;
- Um decreto regulamentar que revoga a servidão militar do PM 3/Águeda, designado Quartel de Águeda e anexos, instituída pelo decreto regulamentar n.º 54/91, de 11 de Outubro;
- Uma resolução que aprova o projecto de emparcelamento do perímetro de Montemor-o-Velho.

VISITE O SITE DO PARTIDO SOCIALISTA



<http://www.ps.pt>

DESTAQUE – CM

Património público

## NOVA ESTRATÉGIA DE GESTÃO

O Governo chefiado pelo camarada António Guterres aprovou na generalidade, no dia 8, em reunião de Conselho de Ministros, um decreto-lei que reorganiza sob a forma empresarial a gestão da carteira de títulos do Estado e do património imobiliário público através da criação da Parpública – Participações Públicas (SGPS), SA.

A continuação do esforço de consolidação orçamental e contenção das despesas públicas passa pela adopção de novas formas de gestão do património mobiliário e imobiliário do Estado, que induza níveis acrescidos de racionalidade e de eficiência e conduza a uma maior responsabilização efectiva dos intervenientes.

Para além do programa de privatizações existem empresas e participações que, por razões de interesse nacional, têm num determinado momento de continuar públicas. É assim necessário melhorar as condições para um exercício efectivo e responsabilizador da tutela financeira sobre as empresas públicas e para o acompanhamento financeiro das concessões de serviço público, que pesam crescentemente sobre o orçamento.

Para o efeito e considerando exigências de flexibilidade de resposta, elevado nível técnico e independência dos interesses privados, optou-se por atribuir a uma Sociedade Gestora de Participações Sociais de capitais exclusivamente públicos a missão de deter as participações do Estado (que não seja considerado estratégico manter na directa dependência do Executivo) e de apoiar tecnicamente o ministro das Finanças no exercício da Tutela



financeira sobre as restantes e no acompanhamento das concessões.

O modelo organizativo de gestão das participações sociais directas ou indirectas do Estado pelo qual se optou, implica que a mesma seja levada a cabo por uma estrutura empresarial de cúpula destinada a gerir as participações em empresas de objecto mais especializado, na área do imobiliário e do mobiliário, as quais recebem parte do património que se encontra actualmente sob gestão directa da Administração Pública.

Assim sendo, este diploma vem criar a Parpública – Participações Públicas, (SGPS), SA, através da reestruturação da

Partest, passando o capital social da nova empresa para dois mil milhões euros.

A Parpública tem por objecto, enquanto estrutura de cúpula, a coordenação geral e o acompanhamento global da gestão do património afecto ao conjunto das empresas cuja criação ora se prevê, tendo particularmente em vista reforçar a intervenção na alienação das participações não estratégicas do Estado e maximizar o nível de recursos disponíveis para a reestruturação dos sectores empresariais públicos que fornecem bens ou serviços públicos e semi-públicos e para a recuperação económica e financeira das empresas do sector público.

O diploma define o âmbito de intervenção da Parpública, por forma a que a sua actuação se estenda a vertentes complementares da própria gestão directa das participações do Estado, nomeadamente no que respeita à prestação de serviços de acompanhamento das empresas do Estado e apoio ao Governo na tomada de decisões relacionadas com essas empresas, quer para efeitos de privatização, quer no domínio da reestruturação e saneamento financeiros. A par da gestão do património mobiliário do Estado, também a gestão do património imobiliário deve ser equacionada, tendo em vista uma maior racionalidade na sua utilização e a identificação e alienação do património excedentário.

Para prosseguir estes objectivos, é constituída a Sagimo – Sociedade Gestora de Participações Sociais Imobiliárias, SA (com um capital social de 137 milhões de euros) totalmente participada pela Parpública, que, por sua vez, criará na sua dependência sociedades de objecto especializado no financiamento, na gestão e na alienação do património imobiliário, em estreita colaboração com a Direcção Geral do Património, prevendo-se mecanismos específicos para a necessária articulação institucional.

Através desta estrutura empresarial, potenciam-se as capacidades de gestão da quantidade e qualidade dos imóveis do Estado e de alienação dos imóveis excedentários, promove-se a racionalização das necessidades dos espaços dos serviços públicos e a colocação no mercado dos espaços excedentes.

DESTAQUE – CM

Media

## RADIODIFUSÃO TEM NOVA LEI

O Executivo socialista deu carta branca quinta-feira, dia 8, à nova Lei da Rádio.

A evolução tecnológica e as novas expectativas sociais e económicas que lhe estão associadas exigem um novo enquadramento jurídico para o exercício da radiodifusão sonora, matéria que se encontra hoje regulada na Lei n.º 87/88, de 30 de Julho, alterada pela Lei n.º 2/97, de 18 de Janeiro, que fixa as condições do seu exercício, e no decreto-lei n.º 130/97, de 27 de Maio, no que concerne ao acesso à actividade.

Assim, projectando o advento das emissões digitais por via hertziana terrestre e assumindo que tal realidade começa por constituir o natural desenvolvimento da radiodifusão analógica, assume-se desde já como factor de preferência na atribuição de capacidade nas novas redes a detenção

actual de uma licença para o exercício da actividade, tornando-se esta viável através de outros modos de distribuição do sinal, fisicamente menos limitados que o espaço hertziano terrestre.

Demonstrando a experiência ser urgente adequar o normativo vigente às finalidades próprias da actividade de radiodifusão, designadamente de âmbito local, bem como às necessidades do auditório a servir, são agora introduzidas algumas alterações consideradas indispensáveis para o efeito:

- Consagra-se o princípio da intransmissibilidade das licenças e autorizações para o exercício da actividade, de modo não só a conferir sentido útil ao processo da sua atribuição como a garantir o envolvimento efectivo dos operadores nos projectos apresentados;
- Salvaguarda-se a pertinência das emissões fornecidas às populações da sua

área de cobertura, através da clarificação das normas relativas à produção e difusão de programação própria e dos termos em que as rádios podem emitir em cadeia;

- Permite-se que as autarquias locais, através de processos sindicáveis e transparentes, celebrem protocolos de colaboração com as rádios dos respectivos concelhos, contribuindo assim para o seu desenvolvimento.

- Com vista a garantir a livre expressão e o confronto das diversas correntes de opinião, estabelecem-se agora normas que sujeitam as operações de concentração ao controlo da Alta Autoridade para a Comunicação Social;

Especial atenção mereceu o exercício do direito à informação através da actividade de radiodifusão remetendo-se para o regime de protecção do Estatuto do Jornalista a questão do acesso a locais

públicos para fins de cobertura informativa; garantindo-se a protecção não só dos direitos de autor e conexos como dos direitos dos organizadores de espectáculos em geral; e explicitando-se que o exercício do direito à informação sobre acontecimentos desportivos através da rádio não pode ser limitado ou condicionado pela exigência de qualquer contrapartida financeira para o seu exercício.

Finalmente, introduzem-se normas reguladoras da prestação do serviço público de radiodifusão e aperfeiçoam-se as regras relativas à transparência da propriedade, à publicidade e ao direito de resposta e de rectificação, tendo ainda sido revisto o regime do ilícito de mera ordenação social, por forma a conferir-lhe uma força dissuasora verdadeiramente eficaz.



DEPUTADO CARLOS LUÍS

Lei da Nacionalidade

## PROJECTO LARANJA AGRAVA AINDA MAIS AS INJUSTIÇAS E A DISCRIMINAÇÃO



O deputado do PS Carlos Luís, numa intervenção no dia 31 de Maio, na sessão plenária da Assembleia da República, durante a discussão de um projecto da bancada laranja sobre a Lei da Nacionalidade, referiu que o diploma do PSD «não resolve nenhum problema como, salvo melhor opinião, ainda agrava mais as injustiças e a discriminação a que a lei de 1981 conduziu».

Lei de 1981, também da responsabilidade do PSD enquanto Governo, e que foi alvo de duras críticas por parte do parlamentar da bancada socialista. Segundo Carlos Luís, «a solução agora proposta é um remendo que não resolve a tremenda injustiça que a Lei da Nacionalidade de 1981 assegurou, em homenagem à medida de exclusão imposta pela lei de Salazar».

Importa salientar, referiu o deputado Carlos Luís, «que a lei nº 37/81, de 3 de Outubro, como o formato que tem (e que lhe foi dado pelo Governo do PSD) mantém em vigor, no que à matéria respeita, o essencial da lei salazarista». É que, adiantou, «a referida lei nº 2098 estabelecia que perdía a nacionalidade portuguesa quem adquirisse outra nacionalidade, mas estabelecia como sendo de registo obrigatório as declarações para perda de nacionalidade».

«Tal lei esteve em vigor de 1959 a 1982, mas tem continuado a ser aplicada, o que conduz a enormes injustiças», disse. Na parte final da sua intervenção, Carlos Luís anunciou que o Governo do PS irá apresentar em breve uma proposta de lei sobre esta matéria, que colmatará graves lacunas deixadas em aberto no diploma apresentado pelo PSD.

J. C. CASTELO BRANCO

DEPUTADA ISABEL SENA LINO

Educação

## REJUVENESCER A DEMOCRACIA



A deputada socialista Isabel Sena Lino defendeu, no dia 7, na Assembleia da República, a aprovação da resolução que as Comissões Parlamentares da Educação e da Juventude preparam no sentido de alargar o âmbito do projecto «A Escola e a Assembleia» até ao ensino secundário, estabelecendo-se as condições de apoio a esta iniciativa.

Falando sobre a VI Sessão Parlamentar «A Escola e a Assembleia», que decorreu no passado dia 5, Isabel Sena Lino classificou a iniciativa como «um salutar exemplo de comunicação entre o Parlamento e as escolas portuguesas», num conhecido quadro de «pouca informação que chega às pessoas a propósito do trabalho parlamentar».

«Esta casa rejuvenesceu em pleno sentido», afirmou entusiasticamente a deputada do PS, destacando ainda o recurso ao programa Internet na escola e ao sistema de videoconferência.

«Esta primeira experiência, bem sucedida, permitirá a participação de outros jovens portugueses que vivam na emigração, em próximas iniciativas», disse.

Referindo-se ao método de eleição dos jovens «deputados», que é decalcado da Lei Eleitoral para a Assembleia da República, Isabel Sena Lino falou de «uma verdadeira disciplina viva para a

democracia».

«É pela vivência de projectos desta natureza, mais que quaisquer discursos de boa retórica, que as crianças e os jovens aprenderão a construir a democracia como um processo directo e dialógico, uma estrutura cooperante de resolução de problemas reais», observou.

Segundo a deputada do GP/PS, o projecto da escola e do Parlamento cresceu e enraizou-se por mérito próprio nos estabelecimentos de ensino, devendo enquadrar-se também e progressivamente nos diferentes projectos pedagógicos.

Mas, «o que se reviveu no passado dia 5 não pode permanecer à mercê da generosidade e entusiasmo dos seus impulsionadores e dinamizadores», afirmou Isabel Sena Lino, acrescentando que «a Assembleia da República deverá reforçar esta componente de comunicação com a população estudantil, investindo neste projecto que demonstrou já as suas potencialidades».

«A democracia, que é o regime da liberdade, da cidadania e da responsabilidade, tem de ser capaz de mobilizar os cidadãos, ultrapassando os riscos da indiferença cívica, e salvaguardar o sentido de comunidade, a solidariedade e coesão social», reiterou a deputada socialista, para quem «tudo começa na educação».

«Naquele dia, o Parlamento também foi escola», concluiu.

MARY RODRIGUES

DEPUTADO JOSÉ PENEDOS

Privatização da EDP

## ESCLARECENDO SUSPEIÇÕES OBSCURAS



O Grupo Parlamentar do Partido Socialista apoia a autonomização da Rede Eléctrica Nacional (REN) da EDP, com a passagem da concessão do transporte de electricidade da EDP para a REN e à compra de 51 por cento da REN à EDP.

Os deputados do PS estão convencidos de que «este é o melhor caminho para a economia do sector eléctrico e da indústria em geral» e «a melhor solução para os accionistas da EDP e para os portugueses no seu conjunto».

Assim o comunicou, no dia 7, à Assembleia da República, o parlamentar socialista José Penedos, numa declaração política sobre a matéria.

O deputado defendeu que «o Estado tem de cuidar de todos os interesses em presença sem esquecer o da sua própria participação accionista a colocar no mercado em futuras operações». Por isso, referiu, «coloca-se a questão em termos do que pode e do que deve o Estado fazer», e acrescentou: «A concessão do transporte de electricidade tem de ser passada da EDP para a REN, o que é equivalente ao resgate da concessão pelo Estado».

«As regras para tal operação privilegiam o universo dos activos afectos à concessão», clarificou ainda, acrescentando que, «enquanto proprietária da REN a 100 por cento, a EDP tem então o direito estrito a ser compensada do todo ou da parte que o Estado se propõe adquirir».

«É este direito que prevalece no formato da solução desde que não transporte qualquer

lesão para o interesse público», frisou.

Segundo José Penedos, «a EDP deve ser conduzida, por imperativos de melhor garantir a transparência do mercado, a caminhar para uma participação accionista da REN que não exceda a quota homóloga de produção alienando o restante aos produtores, designadamente aos produtores vinculados que se manifestem interessados».

«A EDP perde um activo empresarial que, em boa verdade, substitui por um activo financeiro», sublinhou e chamou a atenção para que, «atendendo à natureza do serviço público a que se associa este activo financeiro, não é perceptível qualquer prejuízo para a EDP face ao mercado».

Para José Penedos, «a operação é, deste ponto de vista, neutra e defende o interesse accionista do Estado na privatização futura», ou seja, «faz a elisão de qualquer presunção de dano para o interesse público».

O deputado do GP/PS reconheceu não compreender que alguém tivesse podido levar a debate parlamentar «obscuras suspeições de negócios entre o Estado e as suas empresas participadas».

«E vamos ver – os tempos se encarregarão de o confirmar – se o Estado tem ou não vantagem na definição clara da sua preferência por um vector empresarial para o transporte, a interligação e o movimento de energia que funcionará com os seus homólogos no mercado como parte da nova indústria – que é também uma nova oportunidade para as economias e os cidadãos – e que é o transporte de electricidade no espaço organizado pelo mercado interno», terminou. MARY RODRIGUES



DEPUTADO MANUEL DOS SANTOS

Rendimento Mínimo Garantido

## NÃO À DESVIRTUALIZAÇÃO



O deputado socialista Manuel dos Santos acusou categoricamente, no dia 7, o CDS/PP de querer subverter completamente a filosofia e os fundamentos legais do Rendimento Mínimo Garantido (RMG) com a proposta de alteração deste regime. Segundo o parlamentar do PS, o Partido Popular aproveitou-se de uma interpretação errada da auditoria aos sistemas de atribuição e controlo do RMG realizada pelo Tribunal de Contas para mostrar a sua verdadeira face ideológica. «A face de um partido que não pretende combater a pobreza nem a exclusão, porque assenta na existência dos pobres e dos excluídos, a sua campanha partidária, o seu frenesim mediático, a demagogia e o perigoso populismo a que recorrentemente deita mão para atingir os seus objectivos eleitorais», afirmou.

Referindo-se à proposta dos «populares» de alterar a designação do RMG para Rendimento Social Mínimo, Manuel dos Santos destacou que «esta alteração se não reveste natureza meramente nominalista, antes radica-se numa concepção da medida social em causa que assume carácter eminentemente assistencialista». Tal concepção, referiu, «contradiz, frontalmente, a letra e o espírito da Lei nº 19-A/96 que concebeu a prestação pecuniária de Rendimento Mínimo Garantido como uma prestação do regime não contributivo da segurança social e, como tal, garantida como um direito judicialmente exigível». Assim e no entender do parlamentar do PS, a alteração preconizada pelo CDS/PP representaria, a ser aprovada, «um retrocesso na política social». A fixação de limites ao número de novos beneficiários a abranger cada ano pelo

regime – com ligação clara e directa à taxa de desemprego e o crescimento –, a concessão parcial da prestação de RMG em vales sociais e a definição de acréscimo de subsídio atendendo ao regime contributivo ou não do agregado familiar são outras das «alterações desajustadas e burocratizantes» da proposta «popular» que, segundo Manuel dos Santos dariam corpo a injustiças sociais gritantes e a novas formas de marginalização e dependência que ofenderiam o princípio da igualdade. Para o deputado do GP/PS, o problema reside no facto do CDS/PP não compreender verdadeiramente o espírito do Rendimento Mínimo Garantido, tentando desvirtuá-lo e minimizá-lo em vez de o aperfeiçoar. «Não se trata de erradicar totalmente a pobreza, o que só pode ser feito através de um desenvolvimento económico e social duradouro e sustentado», disse

Manuel dos Santos, acrescentando que a ideia bacilar do RMG é «diminuir a gravidade ou a severidade da pobreza e contribuir assim para a inserção social dos cidadãos desfavorecidos, no respeito pleno da sua dignidade e da sua cidadania». Para o deputado socialista, «o que está verdadeiramente em causa com esta iniciativa do CDS/PP é a eliminação do Rendimento Mínimo Garantido, enquanto instrumento de política social que objectiva garantir a dignidade mínima dos cidadãos e a sua inserção na sociedade». Ora, «esta atitude é inaceitável para o Partido Socialista e para a população portuguesa» e por isso foi denunciada. «Mais do que merecer o nosso voto negativo, a estrutura da política social do PP e, nomeadamente, o lamentável aproveitamento que fazem da desgraça alheia merece todo o nosso repúdio político e parlamentar», concluiu. **MARY RODRIGUES**

DEPUTADA JAMILA MADEIRA

Juventude

## CONSTRUIR COLECTIVAMENTE UMA SOCIEDADE SEM TABUS



A deputada do PS Jamila Madeira, numa intervenção na Assembleia da República, disse que «a nossa jovem democracia precisa de cidadãos, precisa de gente com direitos e deveres que queira construir uma sociedade sem tabus. Uma sociedade onde os seus problemas sejam afrontados e não escondidos». Tendo como pano de fundo o recente Congresso da JS realizado em Espinho, que,

sublinhou, «foi um congresso disputado, muito participado e que evidenciou a força da JS e o facto de esta ser a maior organização de juventude partidária portuguesa, a camarada Jamila Madeira abordou na sua intervenção alguns dos problemas que se colocam à nossa juventude. «A JS quer fazer evoluir mentalidades, quer discutindo com os jovens portugueses fazer política, ou seja, fazer política por jovens e não exclusivamente para jovens», disse. Quanto à questão das drogas, onde,

recordou, a JS «sempre foi pioneira», referiu ser com «grande alegria e satisfação» que vê agora a JSD e o Bloco de Esquerda juntarem-se aos jovens socialistas neste combate. **Rasgados elogios a Sampaio** «Este combate que – frisou – nunca deve ser visto como um combate partidário, mas como um combate geracional». Na parte final da sua intervenção, a

camarada Jamila Madeira elogiou a actuação do Presidente da República, Jorge Sampaio, que, salientou, «tem sido um evidente exemplo do exercício dos seus poderes na defesa do nosso Estado de Direito». «Os jovens socialistas acreditam e sustentam o trabalho desempenhado por Jorge Sampaio enquanto Presidente da República», disse, acrescentando que «os jovens socialistas aguardam serenamente e com expectativa o anúncio natural da sua candidatura». **J. C. CASTELO BRANCO**

DEPUTADO BRUNO ALMEIDA

CCR

## PROJECTO DO PCP É INOPORTUNO E DE EXEQUIBILIDADE DUVIDOSA

O camarada deputado Bruno Almeida reafirmou no dia 8, no Parlamento, que «o PS considera, como obviamente é sabido por todos, ser imperioso proceder à introdução de reformas que tragam maior racionalidade, maior transparência e maior eficácia a toda a administração periférica do Estado». O deputado socialista Bruno Almeida falou durante a discussão na generalidade de um projecto do PCP que pretende promover a criação de institutos regionais, substituindo as actuais Comissões de Coordenação Regional (CCR).

No início da sua intervenção em que desmontou todas as fragilidades do diploma comunista, o deputado do PS realçou a «disponibilidade permanente» da sua bancada para discutir matérias relacionadas com «a descentralização e desconcentração dos serviços do Estado». **GP/PS na linha da frente da descentralização** Reiterou também o «conforto» com que o GP/PS discute estas questões, pois, frisou,

«sempre estivemos na linha da frente daqueles que defendem efectivamente e com coerência a necessidade de prosseguir o caminho da descentralização e desconcentração de poderes, assentes no princípio de subsidiariedade, como meio privilegiado de atingir um desenvolvimento sustentado». Para o deputado do PS, o projecto de lei do PCP «sofre de duas dificuldades que não podem nem devem ser escamoteadas». São elas, na sua opinião, em primeiro lugar, «a inoportuna temporal da sua

apresentação tendo em vista os fins que pretende» e, em segundo lugar, «o projecto é pouco razoável e de exequibilidade duvidosa». Ainda segundo referiu Bruno Almeida, o projecto de lei do PCP «está recheado de um número considerável de incoerências, umas mais graves que outras, para poder concorrer para a criação de condições de uma reforma da administração territorial do Estado, no sentido da sua democratização, descentralização, participação e eficácia». **J. C. CASTELO BRANCO**

PARIS

Empresas familiares

## GUTERRES ENCERROU CONGRESSO

**A**s empresas familiares são um factor de identidade e de independência nacional neste mundo em que tudo se globaliza, disse no dia 9, em Paris, o primeiro-ministro português, António Guterres.

Guterres participou no jantar de gala que encerrou os trabalhos do I Congresso Europeu das Empresas Familiares, que decorreu durante três dias num grande hotel da capital francesa.

O Presidente em exercício da União Europeia fez uma escala em Paris para dar a conhecer as decisões tomadas na Cimeira de Lisboa, «decisões estruturantes das novas políticas económicas e sociais da Europa».

«Esta é uma oportunidade de me encontrar com representantes dos chefes de empresas familiares dos vários países europeus e de lhes transmitir as conclusões da Cimeira de Lisboa», explicou.

Na Europa, 60 por cento das empresas são familiares, 60 por cento da riqueza é criada por estas empresas, e 80 por cento dos postos de trabalho são gerados por este tipo de empresas.

António Guterres considerou muito importante «a existência de empresas que tenham rosto e em que nós tenhamos a garantia de que não desapareçam de um



dia para o outro, por dependerem apenas de uma techno-estrutura que se pode instalar em qualquer lugar».

As empresas familiares «não são simples empresas tecnocráticas apenas geridas pelo mercado, que podem desaparecer de um dia para o outro, não tendo a devida atenção para com os problemas de quem nelas trabalha e para com as comunidades em que se inserem», referiu.

Uma das questões candentes debatidas durante o I Congresso do Grupo Europeu das Empresas Familiares (GEEF) foi a questão da fiscalidade que incide sobre a

sucessão das empresas.

«É uma questão importante para todos os países. Nós próprios, em Portugal, já tomámos este ano uma medida de eliminação do imposto sucessório para a transmissão de empresas para filhos menores, e temos um conjunto de medidas em perspectiva no sentido de continuar esse caminho», disse António Guterres.

«Alguns países já tomaram medidas para perenizar a transmissão e a sucessão dessas empresas, nomeadamente a Grã-Bretanha, a Espanha e, de uma certa medida, a Alemanha», referiu, por seu turno, Yvon Gattaz, antigo presidente do patronato francês, e que dirige a Associação das Médias Empresas Patrimoniais de França. Para este responsável patronal, a presença de António Guterres no Congresso «é simbólica, pois enquanto Presidente da União Europeia demonstra o interesse que a UE tem pelas empresas familiares, o que é um fenómeno muito recente».

Este tipo de empresas «foi, durante muito

tempo, ignorado tanto em Bruxelas como nos seus próprios países», lamentou Yvon Gattaz.

Por isso, considera ser muito importante uma reforma fiscal que possibilite a sucessão das empresas familiares, para evitar o desaparecimento de postos de trabalho.

Hoje, explicou o dirigente patronal, «quando não é possível transmitir uma empresa ela é vendida, muitas das vezes a grupos estrangeiros, nomeadamente americanos e japoneses».

A primeira decisão que tomam «é de transferir para as suas longínquas sedes os serviços estratégicos, ou seja, financeiros, gabinetes de estudos, informática, só deixando nos países europeus empresas de montagens».

O I Congresso Europeu das Empresas Familiares reuniu em Paris delegados de oito países europeus: França, Alemanha, Portugal, Itália, Suécia, Espanha, Finlândia e Grã-Bretanha.

ECONOMIA

Pina Moura salienta

## É NECESSÁRIO MOSTRAR VANTAGENS DA CONCORRÊNCIA AOS CIDADÃOS

O ministro das Finanças e da Economia, Joaquim Pina Moura, defendeu no dia 9 a necessidade de se passar da justaposição de 15 mercados liberalizados de cada estado membro para um verdadeiro mercado único europeu.

Pina Moura falava em Lisboa na abertura da cerimónia do primeiro Dia Europeu da Concorrência, onde participou juntamente com o comissário europeu do sector.

O ministro português, na sua intervenção, sustentou que a defesa da concorrência implica também o aprofundamento do mercado interno, que não deve ser um somatório de mercados.

Pina Moura considerou necessário que os cidadãos europeus conheçam e compreendam melhor a política de concorrência da União Europeia, que constitui um motor da economia e assegura o bem-estar dos consumidores, garantindo uma oferta de produtos e serviços mais variada a preços mais baixos.

### Aprofundamento da função reguladora do Estado

A retirada do Estado de sectores de actividade económica, com as privatizações, tem de ser acompanhada pelo aprofundamento da sua função

reguladora, salientou.

Referindo-se a Portugal Pina Moura disse que o Governo está a preparar uma lei quadro para as entidades de regulação e pretende instituir uma nova autoridade reguladora da concorrência, independente do Governo, que deverá dar um contributo determinante no reforço da política de concorrência em Portugal.

Por sua vez, o comissário europeu da Concorrência, Mario Monti, defendeu que é necessário mostrar aos cidadãos da União Europeia a importância da concorrência para a vida quotidiana dando como exemplos as telecomunicações, os transportes aéreos e a distribuição de electricidade, sectores onde a liberalização permitiu uma redução de preços.

Em conferência de Imprensa que se seguiu à cerimónia de abertura, o comissário europeu assinalou que a UE está a trabalhar para estender as regras da concorrência às profissões liberais, embora tendo em conta as suas especificidades. Mario Monti e Pina Moura assinalaram que foi no seu primeiro encontro que o comissário da Concorrência propôs um dia europeu da concorrência, uma proposta aceite de imediato pelo ministro português em nome da presidência do Conselho Europeu.

UE E ZONA EURO

Eurostat revela

## PIB CRESCE PARA 3,2 POR CENTO

O Produto Interno Bruto (PIB) da União Europeia (UE) e da zona euro acelerou para 3,2 por cento no primeiro trimestre de 2000 em comparação com o mesmo período de 1999, revelou no dia 9 o Eurostat.

Os dados do Departamento de Estatísticas das Comunidades Europeias (Eurostat) revelam que, face ao trimestre anterior, a riqueza produzida no primeiro trimestre cresceu 0,7 por cento, tanto na UE como na zona euro.

Em termos homólogos, as séries estatísticas do PIB na UE e na zona euro mostram que a economia europeia está a acelerar.

O crescimento homólogo do PIB de 3,2 por cento nos primeiros três meses do ano segue-se a uma expansão de 3,1 por cento no último trimestre do ano passado (2,0 e 2,5 por cento respectivamente nos segundo e terceiro trimestres).

Por comparação com o trimestre anterior, o crescimento de 0,7 por cento nos primeiros três meses do ano fica ligeiramente aquém do ritmo alcançado no

quarto trimestre de 1999, em que o PIB aumentou 0,8 por cento.

No primeiro trimestre de 2000, face a igual trimestre do ano passado, o consumo privado aumentou 1,8 por cento na UE (1,5 por cento na zona euro), o consumo das administrações públicas cresceu 1,7 por cento (1,6 por cento na zona euro), a Formação Bruta de Capital Fixo (FBCF, investimento) subiu 5,0 por cento (5,3 por cento na zona euro), as exportações aumentaram 12,2 por cento (12,6 por cento na zona euro) e as importações tiveram um acréscimo de 10,2 por cento (10,7 por cento na zona euro).

O investimento, as exportações e as importações aceleraram no primeiro trimestre de 2000, enquanto o consumo privado abrandou, assinala o Eurostat.

O crescimento na Europa, apesar de estar a ganhar no momento, compara ainda desfavoravelmente com o desempenho dos EUA, onde o PIB cresceu 1,3 por cento face ao último trimestre de 1999 e 5,0 por cento em termos homólogos.

## NÃO HÁ RUPTURAS

O ministro do Trabalho e da Solidariedade, Ferro Rodrigues, desmentiu no dia 10 de Junho notícias, segundo as quais a Segurança Social poderá entrar em ruptura em 2006, afirmando que a lei de bases proposta pelo governo prevê o combate a eventuais desequilíbrios financeiros. «O problema que nós temos em Portugal não é de rupturas, porque essa palavra é completamente absurda falando-se em matéria de Segurança Social pública, mas sim de eventuais desequilíbrios que possam existir daqui a seis ou sete anos», afirmou.

«Têm que ser resolvidos e ser resolvidos atempadamente. É aquilo que se está a fazer no debate da lei de bases da Segurança Social que está na Assembleia da República», considerou ainda.

Afirmando que «muitas respostas estão implícitas» nessa lei de bases, Ferro Rodrigues defendeu a necessidade de criar uma Segurança Social «reformada e moderna», rejeitando as sugestões de privatizar o sector.

### Privatização e plafonamento agravariam a situação

«Julgo que esse estudo mostra que algumas soluções do tipo de privatização ou de "plafonamento" acentuado nas contribuições da Segurança Social, só agravariam o problema e tornariam a existência desses défices basta mais cedo», argumentou.



«Vamos chegar à conclusão que algumas soluções que aparecem como soluções radicais e que permitem tudo, como por exemplo a palavra mágica privatização, não resolvem nada. Apenas o que resolveria seria lançar uma profunda crise, aí sim uma

crise estrutural mais cedo», sublinhou. Afirmando ter sempre procurado «um consenso político amplo entre todos os partidos para a reforma da Segurança Social», Ferro Rodrigues criticou o que considerou serem «algumas respostas

negativas que são feitas às vezes no Parlamento contra a proposta de lei de bases».

«Mas ainda estou esperançado que haja possibilidade de um consenso», acrescentou.

Ferro Rodrigues falava a jornalistas em Díli, em reacção a uma notícia divulgada na última edição do jornal «Expresso» que cita um estudo de reavaliação de projecções financeiras do Livro Branco da Segurança Social.

Segundo o jornal, se medidas não forem tomadas entretanto, as contribuições para a Segurança Social deixarão em 2006 de ser suficientes para os encargos existentes no regime central.

«Não há rupturas porque a questão fundamental é que durante muitos anos o orçamento da Segurança Social financiou fortemente o Orçamento de Estado», referiu. «Aquilo que acontece é que havendo possibilidades de nós continuarmos a desenvolver as políticas de bons resultados financeiros dos últimos anos vamos acumular capitalização pública, largas centenas de milhões de contos», sublinhou. Afirmando que o estudo está ainda numa «fase preliminar», Ferro Rodrigues prefere esperar até à sua conclusão, tomando-se depois público e sujeitando-o a debate no parlamento.

O estudo está a ser preparado pela mesma equipa de técnicos que elaborou as projecções do Livro Branco a pedido do Instituto de Gestão Financeira da Segurança Social.

## GOVERNADOR CIVIL ACUSA PCP POR AGRESSÕES A VEREADOR

Os métodos estalinistas regressaram. Os dirigentes do PCP em Setúbal continuam com saudades dos tempos de terror e tentam recreá-los.

Final, o «pai dos povos», Estaline, tristemente célebre pelo reinado de terror e depurações, continua a ter seguidores, que não hesitam a recorrer a métodos nada pacíficos contra todos aqueles que não perfilha da mesa cartilha.

O governador civil de Setúbal, Alberto Antunes, responsabilizou no dia 9 o PCP pelas agressões ao vereador socialista da Câmara de Setúbal Soares Feio, durante a realização de um cordão humano contra a co-incineração.

### Xutos e pontapés à boa maneira estalinista

Alberto Antunes preferiu duras acusações

contra os dirigentes locais do PCP e contra os presidentes das câmaras da CDU, que acusou de ainda perfilharem métodos «estalinistas e totalitários».

«Os pontapés e as agressões que mandaram dar na manifestação destinavam-se a pessoas que não pensam como eles», disse o representante do Governo no distrito, indignado com o facto de nem os dirigentes nem os autarcas do PCP terem apresentado qualquer pedido de desculpas pelo incidente.

Particularmente visado pelos dirigentes comunistas que exigem repetidamente a sua demissão, Alberto Antunes responsabiliza os partidos da oposição pela transferência da co-incineração de Maceira para o Outão.

«Se os partidos da oposição não tivessem forçado o Governo a iniciar um novo processo, a co-incineração não teria vindo para a cimenteira da Secil», disse.

## TRABALHO DE ESTRANGEIROS EM PORTUGAL

Nunca como desde há cerca de seis anos foi dada tanta atenção à situação dos imigrantes e minorias étnicas no nosso país. O alto-comissário para a Imigração e as Minorias Étnicas sublinhou no dia 9 em Viseu o contributo «muito importante» dos trabalhadores estrangeiros para o desenvolvimento de Portugal.

José Leitão falava no encerramento do seminário sobre o «Trabalho de Estrangeiros em Portugal», que decorreu em Viseu.

O alto-comissário, na sua intervenção, destacou que «o contributo dos trabalhadores estrangeiros não é só pelo seu trabalho, mas também pela sua cultura e pela sua inteligência».

### Circular a informação

«É fundamental criar mecanismos que

permitam fazer circular a informação de forma mais rápida e eficaz» porque, acrescentou, «esses mecanismos são, inclusive, fundamentais para que os trabalhadores estrangeiros possam usar a legislação como instrumento de defesa dos seus direitos».

José Leitão referiu ainda que o seminário realizado em Viseu revelou a «necessidade de que os debates se multipliquem».

Segundo sublinhou o alto-comissário, «ficou claro que ainda existe falta de informação importante para as pessoas que se encontram nesta situação».

Os trabalhos foram abertos com uma intervenção sobre a questão dos trabalhadores estrangeiros em Portugal pelo Presidente da República.

Jorge Sampaio encontrava-se em Viseu para as comemorações do Dia de Portugal, de Camões e das Comunidades Portuguesas.

## GUTERRES QUER AUMENTO DE 30 POR CENTO NAS VAGAS

O primeiro-ministro e o ministro da Educação lembraram, na terça-feira, dia 13, a necessidade de aumentar em 30 por cento o número de vagas para medicina no próximo ano lectivo, para colmatar o decréscimo dos últimos anos.

O assunto foi abordado pelos dois governantes na cerimónia de assinatura do Contrato de Desenvolvimento da Faculdade de Ciências da Saúde, da Universidade da Beira Interior, na Covilhã. António Guterres abordou a questão das vagas com algum humor, fazendo alusão aos primeiros golos do jogo de futebol para a selecção portuguesa venceu segunda-feira contra a Inglaterra.

Segundo o chefe do Governo, 2-0 é a relação existente entre o número de profissionais de saúde necessários e os existentes. Para dar a volta a este resultado, ou seja, combater a falta de médicos, é preciso esforço e dinâmica.

Guterres lembrou então a diminuição do número de vagas para medicina nos anos 80, salientando 1986 como o pior ano, com apenas 190 vagas em todas as faculdades do País.

«Na década de 90, a situação melhorou,



sendo a média anual de 400/500 vagas», referiu, acrescentando que um aumento de 30 por cento das vagas no próximo ano lectivo correspondem a mais 170 vagas. António Guterres defendeu que o acesso a medicina devia ser reformulado de modo

a que a vertente humanista do aluno também fosse tida em conta.

Por seu turno, o ministro da Educação, Guilherme d'Oliveira Martins, que falou antes de Guterres, também referiu a necessidade de aumentar, no próximo ano lectivo, as vagas de medicina em 30 por cento, em relação a 1999 (cujo número de vagas foi apenas de 70 por cento do número de 1980), a partir de uma avaliação rigorosa da capacidade instalada das instituições públicas existentes.

«Estamos na recta final desse trabalho e desejamos corresponder assim nos próximos anos às necessidades futuras do País, não apenas em médicos, mas noutras formações, de que o País é já muito carente, como enfermagem e tecnologias da saúde», disse.

O governante garantiu que já «acabou o tempo das decisões ditadas menos por critérios de rigor do que de número» e que «mais profissionais de saúde terão de surgir com cuidados redobrados de rigor — em todos os domínios».

Oliveira Martins salientou que a criação da nova Faculdade de Ciências da Saúde não é uma decisão isolada, mas sim um

processo complexo que liga a criação de uma nova unidade orgânica na Universidade da Beira Interior a um conjunto de outras medidas estratégicas que têm como objectivo o desenvolvimento dos cidadãos portugueses, com especial incidência nas áreas da saúde.

O contrato assinado terça-feira é, segundo o ministro da Educação, exemplo disto. Oliveira Martins realçou ainda a inovação e o pioneirismo deste caso, em que o ensino será desenvolvido no quadro de uma rede de centros de educação e de formação que, na área da saúde, envolverão centros de saúde e hospitais da zona.

O contrato assinado tem como objectivo assegurar o ensino e a investigação no âmbito das ciências da saúde e de domínios afins, em articulação com as restantes estruturas da universidade.

A nova unidade da Universidade da Beira Interior deverá ministrar o curso de licenciatura em medicina e outros cursos de ensino superior universitário na área da saúde. Para tal vai receber do Ministério da Educação mais de quatro milhões de contos.

## HÁ CONDIÇÕES PARA ACOLHER INDÚSTRIAS AEROESPACIAIS EM PORTUGAL

Um estudo realizado por consultores norte-americanos e divulgado em Lisboa, no dia 8, revela que Portugal reúne condições para a instalação de empresas na área da indústria aeroespacial.

No total, até 2005, o investimento necessário para a criação destas empresas foi calculado em 17,5 milhões de contos e permitirá a formação de quase 140 quadros altamente qualificados.

Na sequência de um projecto para a criação de uma plataforma de industrialização em Portugal no campo aeroespacial, os grupos Empordef e Elacac encomendaram, com o apoio da AIP (Associação Industrial Portuguesa) e do PEDIP II, um estudo a uma empresa norte-americana de consultoria, Colorado Technologies.

O objectivo do estudo foi identificar as oportunidades existentes no mercado aeroespacial internacional que pudessem conduzir a novas actividades industriais a implementar no nosso país.

Por outro lado, o estudo contemplou também a quantificação económica de tais actividades de modo a garantir a sua auto-

sustentação económica e financeira.

Como resultado deste trabalho, foram identificadas quatro áreas de negócio como as mais susceptíveis de serem bem sucedidas em território nacional, todas na área da prestação de serviços, tendo os satélites e as telecomunicações como infra-estruturas de base.

«Indústrias como o lançamento ou o fabrico de foguetões exigem uma capacidade e dimensão fora do alcance de Portugal», afirmou Rui Neves, presidente do conselho de administração da Empordef.

Assim, o estudo identifica, em concreto, quatro áreas de oportunidade para a criação de empresas em Portugal no campo da indústria aeroespacial: a detecção remota, as comunicações em banda estreita, as comunicações em banda larga e multimédia e a navegação por satélite.

No campo da detecção remota por satélite, o objectivo avançado pelo estudo é a criação de um Centro de Excelência em Portugal, com aplicações concretas, por exemplo, na monitorização de catástrofes, na detecção de fogos florestais ou na vigilância marítima.

O plano de negócio para esta área

determina um investimento de cerca de 2,5 milhões de contos, destinando-se a principal fatia à formação de pessoal técnico-científico.

Mas é na área das telecomunicações que está previsto o grosso do investimento: na área das comunicações multimédia e de banda larga por satélite o plano prevê o investimento de sete milhões de contos até 2005.

Neste campo, destacam-se como principais alvos de mercado os fornecedores de serviços de telecomunicações, que através do desenvolvimento deste tipo de indústria, poderiam avançar rapidamente com novos serviços como a Internet de banda larga, a televisão interactiva ou o vídeo on demand.

O desenvolvimento das telecomunicações em banda larga via satélite tem também muitas outras aplicações: na área militar, na protecção civil ou em tecnologias em desenvolvimento como a telemedicina, o teletrabalho e o ensino à distância.

Outra área de negócio a desenvolver, segundo o estudo, é a oferta de produtos e serviços de comunicações em banda

estreita.

A monitorização ambiental, de bens fixos ou o seguimento de bens móveis são áreas de aplicação deste tipo de serviços, cujo investimento previsto ascende aos 6,3 milhões de contos.

A criação de um Centro de Excelência em Portugal na área da navegação por satélite constitui outra janela de oportunidade determinada pelo estudo norte-americano, com aplicações práticas como o controlo de tráfego aeronáutico e marítimo.

O estabelecimento de parcerias internacionais é assumido pelo estudo como prioritário em todas as áreas de negócio identificadas.

De facto, 78 por cento do total do investimento previsto destina-se à formação de recursos humanos e ao desenvolvimento de alianças estratégicas. «Neste momento, a fase é a de desenvolver contactos com vários mercados no sentido de captar parceiros para a criação das empresas», sublinhou Rui Neves.

Segundo o presidente da Empordef, a sua empresa deverá constituir em conjunto com a Elacac uma sociedade para dinamizar todos estes projectos.



### Albufeira

#### Policia municipal para reforçar a segurança

A Câmara Municipal de Albufeira deliberou no dia 6 aprovar a proposta para criação da policia municipal e apresentar ao Ministério da Administração Interna a candidatura para celebração de um contrato-programa com vista à criação desta força municipal de segurança.

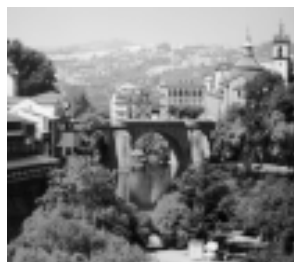


Segundo a Câmara de Albufeira, a criação da policia municipal - numa das principais estâncias turísticas do país cuja população chega a rondar os 200 mil habitantes durante o Verão - irá reforçar a segurança dos cidadãos, uma vez que para além das funções de policia administrativa, irá, pontualmente, cooperar com as forças de segurança na manutenção da tranquilidade pública.

#### Mais obras

A Câmara Municipal de Albufeira decidiu no dia 6 adjudicar as seguintes obras: empreita de pintura dos muros do campo de futebol de Ferreiras; empreitada de implantação da via, passeios e arborização da Rua da Igreja, em Ferreiras; empreitada de execução de muros na estrada de Patroves; e empreitada de construção da Escola Fixa de Trânsito, em Albufeira.

### Amarante



#### Câmara compra adegas cooperativas

A Câmara de Amarante vai adquirir o edifício da Adegas Cooperativas de Amarante, bem como os terrenos que lhe

estão associados, com uma área de cerca de 10 mil metros quadrados.

Com esta aquisição, a autarquia pretende, para já, salvaguardar um espaço importante da cidade da pressão imobiliária, reservando, por outro lado, para o futuro uma área que deverá vir a revelar-se fundamental em termos de descompressão urbana e de melhoria de qualidade de vida dos amarantinos.

### Cascais

#### Manhãs do Paredão

A Câmara Municipal de Cascais está a realizar desde o dia 10 um programa de animação denominado «Manhãs do Paredão», que pretende promover um conjunto de actividades desportivas, abertas à população em geral, no passeio marítimo Cascais-Estoril.



Esta iniciativa, que decorre aos sábados, pelas 11 horas, visa sensibilizar as pessoas para a adesão a práticas sociais e estilos de vida saudáveis, através das actividades desportivas como os jogos tradicionais, corrida, xadrez e damas, entre outros, sendo também possível a obtenção de informações personalizadas sobre o estado de saúde e da condição física de cada um dos participantes.

### Faro



#### Euro-2000

O presidente da Câmara Municipal de Faro, Luís Coelho, endereçou no dia 9 uma missiva à selecção nacional de futebol, onde expressou os votos de sucesso para a campanha da fase final do Euro-2000.

Na carta dirigida ao presidente da Federação Portuguesa de Futebol, o autarca de Faro, na qualidade de presidente de uma das cidades onde se irá disputar o Euro-2004, deseja que «esta geração de ouro do futebol português possa colher os mais saborosos frutos resultantes do seu empenho».

Geração de ouro onde pontificam, entre outros, jogadores de topo mundial como Figo, João Pinto, Rui Costa, Vítor Baia, entre outros.

### Guimarães

#### Centro Histórico enche-se de flores

A Câmara de Guimarães promove durante este mês a décima edição de «Guimarães Florida», uma iniciativa que pretende embelezar o Centro Histórico da cidade com flores e plantas da região.



Trata-se de um concurso/exposição de varandas e janelas decoradas com flores e plantas, em todas as ruas, praças e largos do Centro Histórico da cidade, nomeadamente na Zona Intramuros.

A décima edição do concurso «Guimarães Florida», que surge no âmbito das comemorações da Batalha de S. Mamede, teve início no dia 1 e termina a 23 de Junho. Os moradores e os que exerçam a sua actividade profissional na zona participam nesta iniciativa da autarquia, devendo, no entanto, ter os seus imóveis decorados durante todo o período do concurso, sob pena de poderem ser desclassificados.

Desde o dia 1 e até 16 de Junho os concorrentes terão acesso ao horto municipal, onde lhes serão fornecidas flores e plantas, vasos e floreiras.

Os cinco primeiros classificados do «Guimarães Florida» receberão prémios monetários no valor de 50 mil escudos (250 euros), 40 mil escudos (200 euros), 30 mil escudos (150 euros), 20 mil escudos (100 euros) e 10 contos (50 euros), respectivamente.

### Matosinhos

#### Câmara promove inserção de beneficiários do RMG

A Câmara de Matosinhos lançou um curso

de formação que abarca 60 beneficiários do Rendimento Mínimo Garantido tendo em vista melhorar a sua capacidade de integração profissional.

«Quanto melhor formação as pessoas tiverem - e estamos a falar de gente que parte de uma fasquia relativamente baixa - mais hipóteses têm de conseguir empregos duráveis e menos sofrem o risco de regressar ao desemprego», salientou Manuel Seabra, presidente da Câmara de Matosinhos.



O autarca recordou que a intervenção social foi definida como a principal prioridade da Câmara de Matosinhos, considerando que «só faz sentido ter um discurso nesse sentido se houver uma acção consequente no terreno».

«Claro que é importante construir novas habitações sociais, remodelar as existentes, renovar urbanisticamente os bairros do concelho ou apoiar a terceira idade e nós temos trabalhado nesse sentido. Mas estas acções complementares de formação são fundamentais para um desenvolvimento sustentado das populações menos favorecidas, dando-lhes novos instrumentos para enfrentarem as actuais exigências do mercado de trabalho», salientou.

Manuel Seabra lembrou que este curso não é o primeiro promovido junto não só dos beneficiários do Rendimento Mínimo Garantido como também dos moradores dos bairros em geral, com o objectivo de «estimular o surgimento de alternativas que permitam às pessoas evoluir de uma situação de subsidiodependência para uma de auto-suficiência».

O curso, que abarca 60 beneficiários do Rendimento Mínimo Garantido, foi lançado em parceria com o Centro de Emprego de Matosinhos, a Segurança Social, a ADEIMA, Junta de Freguesia e Associação de Apoio Social de Perafita.

Os beneficiários vão dividir-se em dois grupos distintos, onde receberão formação em acção educativa e em técnicas de limpeza.

O projecto incluirá uma primeira fase de formação específica, com uma carga horária de sete horas por dia durante dois meses, onde os formandos serão alvo de um programa de desenvolvimento pessoal e social e formação sociocultural e técnico-prática.

Numa segunda fase, que se prolongará durante um ano, os participantes vão desenvolver as competências adquiridas em contexto real de trabalho.

MORTE

Lopes Cardoso

## UM SOCIALISTA COERENTE COM PRINCÍPIOS E VALORES

**Um pouco menos de esquerda. O PS está de luto com a bandeira a meia haste. O camarada Lopes Cardoso, 67 anos, engenheiro, insigne democrata e antifascista, uma vida de coerência e frontalidade dedicada à causa da liberdade, um socialista de valores e princípios, faleceu no dia 9, vítima de doença prolongada.**

**F**igura ímpar da esquerda portuguesa, era um político respeitado por todos os quadrantes pela sua coerência em defesa dos valores e princípios do socialismo democrático.

Nascido em 1933 no seio de uma família republicana com fortes tradições liberais, desde cedo se interessou pela política, tendo sido um tenaz opositor ao Estado Novo desde os seus tempos de estudante até à prisão e ao exílio, em 1962.

Participou na campanha de Humberto Delgado em 1958 e fez parte da revista «Seara Nova».

### Intemerato defensor dos valores de esquerda

Pertenceu ao PS desde 1973, onde ingressou a convite de Sottomayor Cardia, mas abandonou o partido pela esquerda em 1976, por discordar das orientações do Governo liderado por Mário Soares em

matéria de política agrária. No mesmo criou a Fraternidade Operária, que daria origem à UEDS.

Em 1986 a UEDS dissolveu-se e o camarada Lopes Cardoso regressou ao PS, onde voltou a ocupar altos cargos dirigentes aquando das lideranças dos camaradas Vítor Constâncio e Jorge Sampaio. Os valores e princípios de esquerda do PS, partido do punho erguido e de bandeira vermelha, tiveram sempre em Lopes Cardoso um intemerato defensor.

Militante exemplar, dedicado, frontal e íntegro, Lopes Cardoso foi ministro, deputado e dirigente nacional do PS.

Lopes Cardoso, uma referência da esquerda portuguesa, é um exemplo de político que dedicou toda a sua vida ao bem público e aos valores da liberdade, igualdade e fraternidade.

### Centenas de pessoas no último adeus

Centenas de pessoas, na sua maioria militantes socialistas, acompanharam no sábado o cortejo fúnebre do ex-dirigente socialista e assessor presidencial Lopes Cardoso, cerimónias onde o Presidente da República, Jorge Sampaio, se fez representar pelo seu chefe da Casa Civil, António Franco.

Tanto o chefe de Estado, como o primeiro-ministro, estiveram impossibilitados de marcar presença no funeral do ex-ministro da Agricultura de Mário Soares e fundador

da União de Esquerda para a Democracia Socialista (UEDS) por se encontrarem nas cerimónias de comemoração do Dia de Portugal e das Comunidades Portuguesas, em Viseu.

O chefe do Governo, António Guterres, fez-se representar pelo ministro da Presidência e do Equipamento Social, Jorge Coelho. Entre os membros do Executivo socialista, destaca para as presenças do ministro da Educação, Guilherme d'Oliveira Martins, e dos secretários de Estado Arnaldo Silva (também fundador da UEDS) e Arons de Carvalho.

Pela parte da Presidência da República, acompanharam o cortejo fúnebre do Palácio Galveias até ao cemitério do Alto de São João os assessores Marques da Costa, Laplaine Guimarães, José Manuel dos Santos e António Manuel.

O comissário europeu António Vítorino (outro dos fundadores da UEDS) também esteve impossibilitado de participar nas cerimónias, tendo enviado uma mensagem de condolências à família de Lopes Cardoso e à sua mulher, Fernanda Lopes Cardoso.

No Palácio Galveias, estiveram o presidente da Câmara Municipal de Lisboa, João Soares, bem como os seus vereadores Rui Godinho e António Abreu.

Do PS, estiveram várias dezenas de destacados militantes, entre os quais os ex-ministros João Cravinho e Vera Jardim, Pereira Marques, e a presidente da Câmara Municipal de Sintra, Edite Estrela.

J. C. CASTELO BRANCO

## Reacções à morte de um socialista puro e íntegro

### Comissão Permanente do PS: Militante incansável, frontal e íntegro

A Comissão Permanente do PS expressou o seu «profundo pesar pelo falecimento do camarada Lopes Cardoso, ilustre militante socialista, que muito contribuiu para a dignificação do Partido nas várias funções que desenvolveu. Ficará sempre associado à imagem de um militante incansável, frontal e íntegro, sempre disponível para os combates partidários e para a afirmação da democracia».

### Jorge Sampaio: Generoso e vertical

«Era um homem de convicções firmes e de grande coragem» que «não vergava», salientou o Presidente da República.

Numa nota escrita entregue aos jornalistas, Jorge Sampaio - que soube da morte do «amigo de muitas décadas» quando viajava de Lisboa para Viseu - considerou que «o país perde um político de uma dignidade exemplar».

«A sua morte deixa-nos a todos a amargura de uma perda irreparável que para mim só encontra lenitivo na memória de tanta coisa vivida em conjunto desde os anos 60», escreveu o Presidente da República.

Jorge Sampaio também lembrou o «contributo decisivo» dado por Lopes Cardoso «para a implantação e consolidação da democracia em Portugal» - que levou o Chefe de Estado a decidir distingui-lo com a Grã-Cruz da Ordem da Liberdade nas comemorações do 10 de Junho deste ano.

### Mário Soares: Profundamente triste

«Sempre tive por ele uma grande amizade, um grande respeito e uma grande admiração. Foi sempre um lutador antifascista e pela liberdade. Era um cidadão de grande rigor ético, um idealista e um tenaz opositor da ditadura. Estou profundamente triste.»

### António Guterres: Vida dedicada ao bem público e à liberdade

«Trata-se de um homem que dedicou toda a sua vida ao bem público e à liberdade.»

### Almeida Santos: Grande coragem física e moral

«Era um utópico, republicano, laico e socialista. Demonstrou sempre ao longo da sua vida uma grande coragem física e moral.»

### Jorge Coelho: Companheiro de luta

«Um companheiro de luta que pugnou sempre pela defesa de valores democráticos.»



PORTO

Autarcas PS propõem

## ALTERAÇÕES AO MODELO DAS ÁREAS METROPOLITANAS

**O**s 13 deputados da Assembleia Metropolitana do Porto (AMP) eleitos pelo PS propuseram alterações ao actual modelo das áreas metropolitanas, preocupados com o «estado de sítio» em que se encontra a portuense. Em conferência de imprensa realizada no dia 9, Carlos Lage, José Saraiva e Manuel Seabra apresentaram no Porto uma proposta «aberta» dos 13 socialistas para a revisão do estatuto das áreas metropolitanas, que contempla mudanças no modo de eleição dos órgãos, regime financeiro, competências e atribuições e sistema de organização funcional. A proposta mantém em aberto a eleição directa ou indirecta da junta e da assembleia metropolitanas, mas Carlos Lage reconheceu que a primeira tem «dificuldades reais» de aplicação, por os portugueses se terem pronunciado em referendo contra a regionalização. Caso se mantenha a eleição indirecta, os subscritores do documento defendem que seja repensado «de alto a baixo» o actual sistema, reforçando a legitimidade do



presidente da junta metropolitana e o poder vinculativo das decisões dos dois órgãos. O presidente da junta seria eleito pela assembleia metropolitana. A proposta prevê ainda a utilização do mecanismo da dupla maioria simples, pelo que «uma decisão só seria vinculativa quando tivesse a seu favor, em simultâneo, mais de metade dos membros da junta e se essa maioria representasse a maioria dos eleitores da área metropolitana».

Carlos Lage admitiu que este mecanismo, que não soube dizer se é ou não constitucional, obriga a um maior diálogo entre os vários partidos no órgão executivo, para que, sempre que possível, a decisão seja consensual.

### Fragilidades do actual modelo

José Saraiva destacou como exemplo das fragilidades do actual modelo a possibilidade de os seis municípios com menor número de eleitores poderem impor decisões contrárias aos três mais populosos, Porto, Gaia e Gondomar. Os deputados socialistas defendem também que as áreas metropolitanas tenham «um verdadeiro orçamento, não apenas para cobrir despesas correntes, mas principalmente para investimentos», constituído por taxas municipais e 10 por cento do somatório das transferências do Fundo de Equilíbrio Financeiro (FEF) para os municípios da área metropolitana. Carlos Lage sublinhou que aquela percentagem seria «a acrescentar e não a deduzir», adiantando que, pelos seus cálculos,

corresponderia a cerca de 2,3 milhões de contos (11,5 milhões de euros) para a Área Metropolitana de Lisboa e a dois milhões de contos (10 milhões de euros) para a do Porto. O eurodeputado salientou ainda que a eventual revisão da lei poderia estimular outras zonas do país a criarem áreas urbanas, que não metropolitanas, estatuto que «sociologicamente» - para Carlos Lage - só poderia ser atribuído às actuais, Lisboa e Porto. O documento foi entregue ao Governo e aos partidos da oposição e foi discutido numa reunião da Assembleia Metropolitana do Porto.

### Estado de sítio laranja

Os subscritores do documento socialista consideram «urgente» a reformulação do actual modelo, de forma a terminar com o «bloqueio» e o «estado de sítio» a que chegou a JMP desde que o PSD e Vieira de Carvalho assumiram a liderança. Para Carlos Lage, a JMP transformou-se numa «plataforma de ataque ao Governo» e, para Manuel Seabra, não passa de um «albergue espanhol para as sensibilibidades do PSD».

ALEMANHA

Comunicado da Federação

A Federação do PS na Alemanha, num comunicado, aborda a recente visita do camarada Carlos Luís, eleito deputado pelo círculo da Europa, à cidade de Kaiserslautern. Do exaustivo programa da visita, realce para a auscultação dos problemas, ansiedades e aspirações da comunidade portuguesa daquela cidade, que teve o seu ponto alto na visita de Carlos Luís à Associação Portuguesa de Kaiserslautern. O camarada Carlos Luís manteve ainda contactos com as entidades oficiais da cidade, nomeadamente com o presidente da Câmara, políticos do SPD local e organizações e colectividades portuguesa e luso-alemãs. A Federação do PS na Alemanha recorda ainda, no comunicado, que já foi iniciado um processo de gemação entre Kaiserslautern e Guimarães, pelo que esta visita do camarada Carlos Luís «representa um passo em frente para a sua concretização e consolidação dos laços de amizade entre os dois povos».



ESTREMOZ

Secção elogia Governo

A Secção do PS/Estremoz, num comunicado, salienta que «foi assinado mais um apoio do Governo à pretensão de mais uma obra em instalações sociais do concelho de Estremoz, desta feita o Clube de Futebol de Estremoz e a construção da sede social no espaço da Esplanada-Parque». Os socialistas de Estremoz sublinham que «com o PS no Governo, o apoio à construção, beneficiação e ampliação de espaços associativos que servem as comunidades onde se inserem e contribuem para a melhoria da qualidade de vida das populações do nosso concelho atingiram uma dimensão sem paralelo com o passado, tendo sido uma constante». O PS/Estremoz lembra ainda no comunicado as dezenas de obras em curso ou já concluídas nas colectividades do concelho.

OLIVEIRA DE AZEMÉIS

PS crítica Câmara

O deputado socialista Francisco Valente considera «incompreensível» que a Câmara de Oliveira de Azeméis não tenha pedido a instalação de uma polícia municipal. Francisco Valente, deputado à Assembleia da República e que já foi candidato à Câmara pelo PS, criticou a autarquia durante um encontro sobre segurança, organizado pela concelhia socialista, em Cucujães. «Não existe incompreensivelmente pedido para a polícia municipal, o que teria interesse sobretudo para a área urbana de Oliveira de Azeméis», disse. Apesar de tudo, o deputado considerou que o concelho não tem uma situação preocupante em matéria de segurança e houve investimentos recentes nessa área, com o novo quartel da GNR de Oliveira de Azeméis, além de estarem previstos novos aquarelamentos em César e Cucujães.

### Ciclo de encontros da Concelhia

Além de Francisco Valente, participaram na sessão outros deputados socialistas como Rui Marquero e José Junqueiro, no âmbito de um ciclo de encontros que a Comissão Política Concelhia do PS está a organizar, para mobilizar independentes locais, na preparação das autárquicas. «A ideia é fazer uma espécie de estados gerais à dimensão de Oliveira de Azeméis», disse o presidente da Concelhia, camarada Ricardo Bastos, justificando o tema por ser o primeiro apontado pelas pessoas nos inquéritos de rua.

BRAGA

JS e o associativismo

O Secretariado da Federação de Braga da JS visitou a delegação regional de Braga do IPJ, para apresentar cumprimentos ao novo delegado regional do IPJ, Manuel Barros. Na ocasião, a delegação da JS/Braga, que se fazia acompanhar por jovens pertencentes ao movimento associativo juvenil do distrito, manifestou ao novo delegado a sua visão dos problemas que afectam directamente as associações juvenis do distrito e expressou algumas preocupações sentidas por todos aqueles que directamente se empenham e participam no movimento associativo.





## DIMINUIR A SINISTRALIDADE PARA NÍVEIS EUROPEUS

**A** política de Segurança Rodoviária adquiriu em todos os países desenvolvidos foros de verdadeira política de Estado, na medida em que enfrenta o problema causador de maiores efeitos sobre a vida e a integridade física dos cidadãos, ao mesmo tempo que está na origem de danos e prejuízos materiais tão pesados como os de uma guerra localizada.

Por isso mesmo se entende dever tratar à escala europeia as questões relacionadas com a sinistralidade rodoviária. Os carros são idênticos, as regras de circulação são muito parecidas e podem ainda ser objecto de harmonização (com a notável excepção da condução pela esquerda, vigente no Reino Unido), as estradas são cada vez mais parecidas.

Só os condutores permanecem diferentes, no comportamento, na formação e no sentido de responsabilidade.

Mas, também aí, os níveis de comparação para que se tende devem ser os mesmos, pelo que só o esforço continuado na formação e o permanente progresso social poderão trazer rápidas novidades e uma nova consciência cívica.

Logo, tudo aponta para a vantagem em ir construindo, progressivamente, uma política europeia de segurança rodoviária o que constituiu, aliás, tónica da Presidência Portuguesa da União, ora prestes a chegar ao fim. Destacam-se, desses esforços, áreas de preocupação como:

- Desenvolvimento do Programa EuroNCAP, sistema de segurança de veículos baseado em resultados de «crash tests»;

- Intensificação do controle e das campanhas de comunicação sobre o uso de cinto de segurança;

- Divulgação insistente e fiscalização sistemática das normas sobre sistemas de transporte e retenção de crianças nos automóveis;

- Condução sob influência de álcool, que se prevê venha até a justificar uma recomendação do Conselho Europeu e que apresenta um panorama extremamente preocupante

- Estudo de aplicação de limitadores de velocidade a todos os veículos pesados. São, como se vê, áreas de preocupação comum que devem merecer soluções tecnicamente sustentadas e aplicáveis em todo o espaço europeu.

Para além da sintonia da actuação dos Estados membros, resulta daí uma virtualidade que, em campos como este, não é de ignorar: a facilidade do conhecimento das regras, iguais em toda a Europa, facilitará a sua divulgação e, logo, o seu cumprimento por todos os cidadãos condutores da União, cada vez mais habituados a circular nos seus automóveis ou em carros alugados fora das fronteiras do seu País.

Leva-me isso a sublinhar o interesse que



vejo em, ao mesmo tempo que me declaro adepto da regulamentação comunitária, defender estratégias nacionais de concretização e aplicação prática dessas medidas.

Vejamos o exemplo português:

Temos em Portugal um panorama preocupante em matéria de segurança rodoviária, com um «ratio» de mortos na estrada por 100.000 habitantes equivalente, em 1997, ao dobro da média comunitária. Para fazer face a esse problema, lançou-se a iniciativa «Segurança Máxima-Tolerância Zero», aplicável nas estradas que apresentavam maiores índices de sinistralidade.

Só nos primeiros três meses deste ano, registaram-se menos 23 acidentes (- 15 por cento), menos oito mortos (- 14,5 por cento) e menos 31 feridos graves (- 21,3 por cento) do que em igual período do ano passado. Isto só nas ditas estradas abrangidas pela Tolerância Zero.

Isto num contexto de contínuo aumento do parque automóvel (mais 400 mil veículos em 1999 na Direcção-Geral de Viação) e de utilização de viaturas (medida pelo consumo de combustível).

A eficácia da medida fala, pois, por si, e hoje os inquiridos de opinião mostram que 86 por cento dos portugueses concordam com o programa Tolerância Zero e 87 por cento concordam com o seu alargamento a novas vias.

Por isso continuámos com a vigilância reforçada, com carros patrulha identificados e não identificados; melhorámos a sinalização das estradas e estamos a promover a progressiva eliminação dos pontos de acumulação de acidentes, através de obras de melhoramento; aumentámos a informação ao automobilista, através de folhetos e cartazes de grande formato, espalhadas ao longo da estrada; introduzimos

helicópteros como factor suplementar de vigilância rodoviária.

Isso demonstra, na prática, a aplicação do que defendemos:

Pensar globalmente (à escala comunitária, tentando definir regras comuns, testadas e unanimemente conhecidas) e agir localmente (escolhendo a melhor forma de trabalhar sobre o condutor, a via e o veículo e incidindo sobre os itens em que seja mais previsível a obtenção de resultados). Mas não chega definir e executar programas pontuais, ainda que bem fundamentados e consequentes. Há que planejar com conhecimento da realidade, ter em conta o que fazem todos os intervenientes no processo da circulação automóvel, negociar prioridades que sejam compreensíveis e bem assumidas por todos.

Foi isso que fizemos, em Portugal, através de um instrumento chamado PISER – Plano Integrado de Segurança Rodoviária.

É a execução prática das orientações anuais desse Plano que tem permitido baixar de forma sustentada as vítimas da nossa estrada. De 96 para 99, o número de mortos baixou 17 por cento e o de feridos graves representou menos 30 por cento.

Mas, para tal, foi preciso agir em todas as frentes, como estamos a fazer.

No veículo, intensificando e credibilizando o sistema de inspeções periódicas, fiscalizando o cumprimento das regras sobre uso de cintos de segurança e cadeiras para criança; lançando, como faremos até final do ano, um programa de incentivos ao abate de veículos em fim de vida.

Na rodovia, lançando o Programa «Sinais de Vida», que implica a remodelação completa de sinalização das nossas estradas, área em que somos talvez menos europeus; introduzindo sistemas de painéis electrónicos de alerta e encaminhamento de tráfego; realizando auditorias de sinalização e segurança de certas vias mais perigosas; melhorando os sistemas integrados de assistência a acidentados, com a colaboração do INEM – Instituto Nacional de Emergência Médica e dos Bombeiros de todo o país.

Finalmente no condutor, dado como responsável, segundo alguns estudos, por 95% dos acidentes de viação, exclusiva ou cumulativamente com outros factores.

Por isso, estamos a alterar profundamente o sistema de ensino e de exames de condução, tornando-o mais sério e fiável e, ao mesmo tempo, mais efectivamente capacitador para a condução; lançámos a iniciativa 2000 – Ano da Educação Rodoviária, dirigida a jovens em idade escolar, visando despertá-los para a Segurança Rodoviária e chamar a atenção para o número catastrófico de atropelamentos e acidentes com veículos de duas rodas verificado em Portugal, cada

um deles responsável por cerca de 25 por cento do total de vítimas da estrada; teremos pronto, até final do ano, Parques de Manobras em todo o País, para neles se realizarem aulas e exames de condução, e até sessões de Educação Rodoviária; intensificámos a fiscalização à condução sob efeito do álcool, conscientes como estamos de que mais de metade dos condutores detectados com álcool no sangue o tinham em quantidade superior a 1,2 g por litro, ou seja estavam já debaixo da alçada penal por prática de um crime. Quantos dos acidentes das nossas estradas serão devidos a cada uma das causas apontadas? Não sabemos bem, nem nunca tal se saberá com absoluto rigor. Mas sabemos que, agindo concertadamente sobre todos e cada um desses factores, obteremos êxito, e faremos com que menos pessoas morram ou fiquem feridas.

E isso traz-me à última questão que queria deixar à consideração particular dos profissionais de seguros aqui presentes: A diminuição dos acidentes e da sua gravidade só será obtida se, conjugadamente, soubermos encontrar a justa bissectriz entre o interesse geral e o interesse especial de cada um de nós.

As companhias de seguros, desde sempre entidades muito empenhadas na Segurança Rodoviária, nomeadamente no seio dessa «joint-venture» entre o Estado e as empresas que é a PRP – Prevenção Rodoviária Portuguesa, devem intensificar o seu esforço de envolvimento conjunto com a Administração Pública, nesta guerra com o acidente.

Isoladamente ou, de preferência, em colaboração com a Direcção-Geral de Viação, hoje profundamente modernizada e preparada para a dureza desse combate, que surjam iniciativas de todo o tipo visando melhorar o estado de coisas que nessa medida ainda reina no nosso País.

Só isso permitirá o nosso optimismo ao definir o prazo desta legislação, ou seja, até 2003, para atingir a média da União Europeia, no que respeita a mortos e feridos na estrada.»

De Janeiro a Maio do ano passado tinham morrido 631 pessoas. No fim de Maio deste ano, foram 541. São números pesados, mas a evolução é no bom sentido.

Noventa mortos a menos, em cinco meses, dão-nos a confiança de trabalhar por uma causa nobre. Muitas e muitas famílias ganharão com esse esforço, sem nunca chegarem a saber se não teriam sido também elas a ser atingidas por esse flagelo.

Entendam, portanto, o nosso pedido de colaboração como um imperativo de mobilização geral. Os resultados traduzirão o efeito desse esforço comum.

Intervenção efectuada pelo secretário de Estado da Administração Interna na sessão de abertura do colóquio franco-português sobre a Segurança Rodoviária.

PERSPECTIVA

Helena Roseta

## O PS E A CONSCIÊNCIA SOCIAL



O primeiro mandato do Governo liderado por António Guterres foi marcado pelo rigor económico aliado à consciência social, na fórmula do então ministro das Finanças. Foi possível, ao contrário das previsões catastrofistas do PSD, integrar Portugal na primeira fase do euro, com os benefícios que daí advieram, sobretudo em termos da baixa sucessiva das taxas de juro. Entretanto, já neste Governo, os dados alteraram-se. O euro tem dificuldade em opor-se face ao dólar, as taxas de juro sobem, o preço do petróleo também. Apesar dos fundos comunitários continuarem a representar uma entrada substancial de recursos, há sinais de preocupação. E persistem desigualdades que interpelam a nossa consciência.

António Guterres está prestes a terminar as suas funções na Presidência da União Europeia, que aliás cumpriu com reconhecido brilho. É chegada a altura de retomar em tempo inteiro a liderança do Governo do Partido Socialista. Ocasão, também, para reflectir sobre as razões de uma certa perda de popularidade que se tem vindo a manifestar, apesar de não se registar subida simétrica nas oposições. Um dos aspectos que julgo mais importante é a necessidade de dar sinais claros de que o Governo do PS não desiste de combater as desigualdades sociais e de implementar a solidariedade na sociedade portuguesa. É preocupante, por exemplo, verificar que numa sondagem publicada no «Expresso» o líder do PP, Paulo Portas, é tido como mais próximo dos desfavorecidos do que o

secretário-geral do PS.

O Presidente da República, na grande entrevista que deu ao jornal «Público», alertou para as disparidades fiscais que subsistem entre nós e que são reveladoras da urgência de uma reforma fiscal que reponha alguma equidade. Profissionais liberais continuam a pagar muito menos impostos que os trabalhadores por conta de outrem. E uma grande parte do universo empresarial continua a não pagar IRC. O ministro Pina Moura já deu conhecimento das etapas reformadoras que quer implementar. Mas não são visíveis, por enquanto, os resultados que podemos esperar dos objectivos anunciados. Ora este é um dos grandes temas em que António Guterres pode retomar o discurso da consciência social. A reforma fiscal não deve quedar-se por uma série de

medidas técnicas, só descodificadas pelos conhecedores das questões tributárias. É necessário que ela seja uma verdadeira bandeira do PS, em torno da ideia-chave, também formulada por Sampaio, de que alguns terão de pagar mais para que muitos possam pagar menos. Portugal deve prosseguir o esforço de melhorar o nível das prestações sociais, ainda inferiores às médias europeias. Mas é preciso que, ao mesmo tempo, o esforço fiscal seja mais bem redistribuído.

O problema do Governo, em minha opinião, não está no excesso de diálogo, como alguns querem fazer crer: está na falta de articulação e, sobretudo, na falta de visibilidade de medidas justas que mereçam o apoio generalizado dos portugueses.

In «Visão»

POLÍTICA SOCIAL

Pedro Adão e Silva

## DEVE EXISTIR UM RENDIMENTO MÍNIMO GARANTIDO?



Força do relatório do Tribunal de Contas à avaliação do Rendimento Garantido e da proposta de lei que, no âmbito deste, o CDS-PP apresentou na AR, foi relançada a discussão sobre a própria legitimidade do direito de todos os cidadãos a um mínimo de recursos materiais. As recentes declarações do Dr. Durão Barroso («Público», 21 de Maio), em Fronteira, em que este afirmou que o RMG estimula a preguiça e cria a necessidade de aumentar a imigração, são apenas mais um exemplo, aliás inaceitável, do actual clima de opinião. Três anos após o lançamento do RMG, é pois necessário reafirmar algumas das principais razões que justificam a existência deste novo direito social.

Em primeiro lugar, porque a ausência de recursos materiais é, nas sociedades democráticas ocidentais, a forma mais brutal de privação da liberdade e, consequentemente, um problema público e político e não apenas da esfera privada.

Em segundo lugar, porque a garantia de um mínimo social de cidadania, que se corporiza no RMG, é um mecanismo, ainda que imperfeito, de partilha do nível civilizacional que as nossas sociedades já alcançaram e, ao mesmo tempo, uma forma colectiva de solidariedade.

Em terceiro lugar, porque ter um mínimo de recursos, com estabilidade e previsibilidade, que, ainda que não libertando da pobreza, atenuam a sua severidade, é um factor decisivo para a diminuição das desigualdades, e também, por si só, um poderoso instrumento e factor de inserção social.

Em quarto lugar, e aqui reside a grande inovação da medida, porque o facto de se fazer depender a atribuição da prestação pecuniária da disponibilidade por parte do beneficiário para aceitar um acordo de inserção, que pode assumir diversas formas

e que não se limita à inserção no mercado de trabalho, é um meio particularmente eficaz de luta contra a exclusão social.

Em quinto lugar, porque a responsabilidade que o Estado assume, no sentido de encontrar respostas e oportunidades de inserção para os excluídos, implica, inevitavelmente, uma activação dos serviços públicos.

Mas, se é verdade que deve existir nas nossas sociedades o direito a um rendimento mínimo, fora de uma lógica de seguro social e associado à disponibilidade para a inserção, não é menos verdade que na operacionalização deste direito se colocam importantes e exigentes desafios a todos os que participam nas parcerias locais. Contudo, inserir todos, ainda que seja uma ambição das democracias avançadas, não deixa de ser um objectivo difícil de concretizar. Afinal, o que caracteriza, muitas das vezes, os beneficiários da medida são vidas inteiras de desestruturação, que tornam os processos de inserção complexos, criando, consequentemente, problemas que não se resolvem por magia e muito menos em dois anos. Não perceber as dificuldades ao nível da inserção social dos grupos sociais desfavorecidos, que resultam também do facto de, ainda há cinco anos, esta não ser uma preocupação central das políticas públicas, é não compreender a própria essência do RMG e, porque não dizê-lo, da noção de cidadania social.

Aliás, muitas das afirmações que vêm sendo feitas em torno da dimensão de inserção social do RMG e das quais decorre, em larga medida, a necessidade de revisão da lei proposta pelo CDS-PP, não deixam de ser estranhas.

Na verdade, quando um sem número de estudos sobre as políticas de rendimento mínimo, feitos por toda a Europa, reflecte sobre o estigma social que pode estar

associado às políticas com condição de recursos e com uma componente de contratução – nomeadamente por força do acentuar de dualismo entre os «bons» e os «maus» pobres que daí pode decorrer – é significativo que o CDS-PP, na exposição de motivos do seu projecto de lei, afirme que com o RMG se corre «o risco de incentivar a falta de inserção social e prolongar um estado de carência que, em alguns casos, mais do que resultante de um qualquer desarranjo estrutural do agregado familiar, resulta de uma escassa cultura de responsabilidade individual» ou, ainda, que «esta medida (...) promove e intensifica a carência em que algumas famílias se encontram, dotando-as de meios de sustentabilidade de comportamentos que são a causa da mesma», aliás, «dependências que a sociedade não deve subsidiar como o álcool, a droga ou a ociosidade» (sic).

E o que é que o CDS-PP propõe, na sequência do tom simplista adoptado? Entre outras coisas, por um lado, «a possibilidade de parte da prestação ser recebida através do sistema de vales sociais» – o que, nas sociedades avançadas, em que o dinheiro é um mecanismo importante de estruturação das relações sociais e da identidade pessoal, é, claramente, uma limitação ao exercício da cidadania e um atestado de menoridade, de cariz caritativo e inconsequente para o corte com a reprodução geracional da pobreza. Por outro lado, um impedimento, puro e simples, dos infractores de apresentação de novas candidaturas ao RMG, uma ideia inaceitável que é bem reveladora da abordagem do CDS-PP. Seria, aliás, interessante que esta proposta não fosse exclusiva para os pobres e que fosse prevista a inibição, por exemplo, às empresas que cometem fraudes no IRC de voltarem a exercer actividade. Afinal, o «dinheiro dos contribuintes», tão

frequentemente invocado, é ameaçado de forma muito mais intensa neste último caso. Mas qual é então a intenção subjacente a esta proposta? Voltar ao degredo social os pobres que se portam mal? O que é que ganham as nossas sociedades com a estigmatização social dos excluídos?

Rigorosamente nada, é a resposta. Pedir aos beneficiários do RMG para se comprometerem com um acordo de inserção é, inevitavelmente, uma tarefa árdua, feita de avanços e recuos e que coloca desafios muito grandes – como bem o sabem as muitas centenas de assistentes sociais que, por todo o país, desempenham um trabalho exemplar, de uma dedicação extrema, na aplicação desta medida. No fundo, trata-se de exigir a indivíduos em situação de exclusão social que tenham um projecto de vida consistente, algo que a maior parte dos que estão socialmente integrados têm dificuldade em ter. É por isso que a resposta aos problemas que, naturalmente, se levantam não pode passar por um aumento das sanções sociais e materiais para aqueles que não cumprem ou não iniciam processos de inserção social, mas, sim, por otimizar a fiscalização e criar mais e melhores oportunidades de inserção para todos. Fazê-lo é contribuir para o progresso social e para a corporização da ideia de cidadania.

Na verdade, quando se questiona o RMG nos moldes referidos, considerando-o um incentivo à preguiça e à malandragem, não se está a adoptar, como se quer fazer crer, uma postura construtiva, criticando esta legislação específica para a melhorar, está-se, sim, a pôr em causa a própria filosofia da medida, questionando o progresso social que resulta deste novo direito, criado com assinalável sucesso por toda a União Europeia.

In «Público»



QUE SE PASSA

Mary Rodrigues

Jogos em Abrantes

Amanhã começa o III Torneio Juvenil Festas da Cidade em Ténis. O evento decorre nos Campos de Ténis do Alto de Santo António e Encosta da Barata, ao longo de três dias, terminando domingo.

Também amanhã, o Sport Clube de Abrantes promove, a partir das 21 e 30, o I Passeio TT Rota da Água Abrantes 2000, que percorrerá vários pontos do concelho.

No fim-de-semana, os Jogos Radicais acontecerão no Parque Radical da cidade, junto ao Castelo.

Ainda sábado, dia 17, o Clube Náutico promove, no Pavilhão Municipal, o Torneio de Basquetebol Cidade de Abrantes.

No domingo, a terminar as Festas da Cidade, haverá «Bailados de Água». Trata-se de um grande espectáculo que surpreenderá pela beleza dos efeitos especiais preparados para a última noite de festa.

Música em Albufeira

A Igreja Matriz será palco, amanhã, pelas 21 e 30, do concerto dos The King's Consort, um evento integrado no 24º Festival Internacional de Música do Algarve.

A arruada da Banda da Sociedade Filarmónica Silvense passará, este sábado, a partir das 20 horas, pela Rotunda do Montechoro, seguindo pela Avenida Francisco Sá Carneiro e terminando na Praia daoura.

Também no dia 17, mas às 22 horas, o Largo Duarte Pacheco foi reservado para acolher a actuação do agrupamento musical Marfados Foles.

A banda da Sociedade Musical e Recreio Popular de Paderne actuará, no Mercado Municipal dos Caligos durante a Feira do mesmo nome que decorrerá domingo, dia 18, a partir das 10 e 30.

Lançamentos em Coimbra

Às 21 e 30 de hoje, na Casa Municipal da Cultura, assista ao concerto de saxofone promovido pelo Conservatório de Música e integrado na Semana Cultural que decorre até ao dia 17.

Também hoje, na Praça 8 de Maio, poderá ver e ouvir o Septeto Habanero e Vitorino, num espectáculo marcado para as 22 horas. No mesmo horário, mas amanhã, vá até à Praça Velha e desfrute da actuação do grupo folclórico Os Camponeses de Vila Nova.

Na Casa da Cultura, este sábado, pelas 11 e 30, Maria Aparecida Ribeiro apresenta publicamente a obra mais recente do autor moçambicano Mia Couto – «O Último Voo do Flamingo».

A exposição evocativa de uma confeitaria histórica da cidade – «As Mijadinhas» – encontra-se patente ao público, até ao dia 30, na Galeria do Jardim.

Ainda na Casa da Cultura, na quarta-feira, dia 21, a partir das 18 e 30, acontecerá o lançamento do novo cd de Victor Almeida e Silva – «Coimbra... enCanto e Poesia», um trabalho que reúne alguns dos temas mais

populares da canção conimbricense e que conta com a participação especial do poeta Aureliano Costa, declamando Manuel Alegre, Ary dos Santos e Luís de Camões.

Convívio em Fafe

«Bach em Todos os Tons» é uma festa-convívio de fim de ano lectivo com professores e alunos que decorrerá na próxima quarta-feira, dia 21, a partir das 21 e 30, no Estúdio Fénix.

Teatro em Guimarães

«A Gaivota» é o nome da peça teatral que poderá ver no palco do Paço dos Duques de Bragança, numa representação a cargo da Companhia de Teatro de Braga marcada para as 22 horas.

Amanhã e no sábado, à mesma hora, a Trupe da Vila apresenta a peça «O Auto do Fidalgo Aprendiz», no Auditório da Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários de Caldas das Taipas (Junta de Freguesia Selho São Jorge – Pevidém).

Na segunda-feira, dia 19 e na terça, dia 20, participe dos «Encontros de História Local», um evento que decorrerá no Museu Alberto Sampaio.

A Feira da Pequeneda começa no dia 21, às 18 horas, prolongando-se até ao dia 25.

Dança em Lisboa

Amanhã, sexta-feira, poderá assistir à primeira exibição nas salas de cinema lisboetas das fitas «As Aventuras do Tigre»; «Here On Earth», de Mark Piznask; «Le Vent Nous Emporterá», de A. Kiarostami; «Arma Envergonhada», de Eric Blakenny; e «Stir Of Echoes», de David Koepf.

«Um Tempo para a Paz» é o título genérico do espectáculo que a Companhia de Bailado Contemporâneo estreia amanhã, pelas 22 horas, no Grande Auditório do Centro Cultural de Belém, e repete, um dia depois, no mesmo horário e local.

O cantor João Pedro Pais actua este sábado, dia 17, na Praça Sony, a partir das 18 e 30. Para quem prefere a lusitana paixão, o Coliseu dos Recreios acolhe, também sábado, às 21 e 30, um Noite de Fado.

Mostra em Macedo de Cavaleiros

No Auditório do Bloco B do Instituto Superior Jean Piaget encontra-se patente ao público, durante o dia de hoje, uma mostra de trabalhos dos alunos das escolas primárias do concelho referentes aos projectos «Contos de Levar e Trazer» e «Com Imagens e Memórias se Contas as Histórias».

Animação em Montemor-o-Velho

O programa de animação do Castelo prossegue este domingo, pelas 18 horas,

com a actuação do Rancho Infantil da Associação Cultural Desportiva e Social da Ereira.

Vozes no Montijo

No sábado, dia 17, às 21 e 30, passe pela Praça da República e aprecie a actuação das Vozes da Rádio, um quinteto vocal que se dedica a transformar êxitos da música portuguesa e a executá-la de forma muito própria, introduzindo alguma dose de humor.

Livro em Portimão

O livro «Stuart Carvalhais – O Desenho Gráfico e a Imprensa», da autoria de José Pacheco, será apresentado ao público, hoje, às 18 e 30, na Biblioteca Municipal Manuel Teixeira Gomes.

Quarta-feira, dia 21, o Largo Gil Eanes será palco para um espectáculo de variedades que promete muita animação.

A exposição colectiva de pintura «Art África» está aberta ao público, de segunda a sexta-feira, das 14 e 30 às 19 horas, na Casa-Museu Manuel Teixeira Gomes.

Concerto no Porto

As obras de Franco Donati e César Camarero serão recriadas num concerto, este sábado, dia 17, pelas 21 e 30, no Auditório Serralves, um espectáculo dirigido por Miguel Bernat, que conta com a participação do grupo de percussão Drumming e do músico Henri Bok.

Descoberta em Sintra

A Biblioteca Municipal de Aqualva-Cacém acolhe, até ao dia 30, uma exposição de 23 cartazes intitulada «O Descobrimento do Brasil».

A mostra poderá ser visitada de segunda a sexta-feira, das 10 às 20 horas, ou aos sábados, entre as 15 e as 20 horas.

POEMA DA SEMANA  
Seleção de Carlos Carranca

A Poesia tem pés de terra.

Quando a atiramos para o céu  
fica só e transida  
no meio das estrelas  
- a chorar com saudades dos homens  
e da morte.

José Gomes Ferreira

SUGESTÃO

Gigantones & Cabeçudos

Grupos de Portugal e Espanha participam este fim-de-semana, em Braga, no XI Encontro Internacional de Gigantones e Cabeçudos, que fará desfilar pelas ruas da cidade mais de um milhar e meio de participantes.

O encontro terá o seu ponto alto no desfile, ao princípio da tarde de domingo, que percorrerá as principais artérias do centro histórico bragantino.

A edição deste ano, para além de meia centena de grupos ligados a escolas e instituições de vários pontos do País, reúne a participação de quatro grupos espanhóis.

A grande aposta da edição deste ano é a animação de rua, que será intensificada, quer durante o desfile quer na noite de sábado, com um espectáculo na Avenida Central.

No desfile deste ano, além de gigantones, cabeçudos e outras figuras animadas, como pequenos dragões, serão apresentados dois «marotes», uma espécie de fantoches gigantes, com cerca de três metros de altura.

O programa do XI Encontro Internacional de Gigantones e Cabeçudos inclui também uma exposição fotográfica, patente na Casa dos Crivos.



Luciano Pavarotti

Tenor

Carmela Remiggio Soprano  
Leone Magiera Maestro

21 de Junho, 21h30

Estádio Municipal de São Luís  
FARO



## FISCALIDADE, FINANÇAS RELIGIOSAS E POLITICAS AGRÁRIAS

**1** As alterações que têm vindo a ser publicamente referidas como integrando as transformações do sistema fiscal merecem toda a nossa atenção. As modificações efectuadas durante a legislatura anterior no sistema do IRS, por um lado, aliviaram de certa forma a pressão exercida sobre os estratos sociais economicamente mais débeis e, por outro, criaram condições para uma maior equitatividade de critérios nas deduções a efectuar nas despesas de carácter social. Nesta legislatura, começando ainda nesta sessão legislativa pelo IRS, avançar-se-á progressivamente com a aplicação de medidas de reforma fiscal em diversos domínios.

**2** A divulgação pública das contas do Santuário de Fátima relativas ao ano transacto, evidenciou uma preocupação

de autoridades religiosas que evidencia, no plano financeiro, uma transparência necessária. Quer por parte de organizações da Igreja Católica com relevante movimento financeiro, quer por parte de outras Igrejas vai ganhando consistência a necessidade e exigência de uma maior transparência financeira. O que também facilita a aplicação de relevante legislação recentemente aprovada ou reformulada nos domínios do mecenato cultural, social e religioso.

**3** A morte de António Lopes Cardoso para além da tristeza que nos provoca, traz-nos a lembrança de uma figura digna, solidária e politicamente brilhante, vindo também sublinhar a necessidade de conduzir políticas agrícolas coerentes e que contribuam para o desenvolvimento do País. É o que se tem procurado, nos últimos tempos, com as restrições e os apoios advenientes da nossa participação

na União Europeia, mas que lamentavelmente durante muitos anos não foi possível ou não se pretendeu levar a cabo. Os erros do salazarismo na política agrícola (como as campanhas do trigo) as hesitações e contradições do marcelismo (por exemplo no domínio do emparcelamento) os excessos do PCP no período revolucionário, algumas tergiversações na fase que antecedeu a entrada de Portugal na União Europeia, chamam a atenção para uma proposta agrícola coerente (discutível, obviamente) como a que Lopes Cardoso procurou levar à prática. E cuja concretização interrompeu, verificando não ter condições para o seu avanço. Mantendo com Mário Soares uma elevadíssima relação de amizade e consideração que demonstrou sempre, em quaisquer circunstâncias e um apego permanente aos ideais do socialismo democrático, na teoria e na prática.

«Sempre pensei que a política se faz com causas, com convicções, com ideais e com princípios»

**Jorge Sampaio**  
Viseu, 10 de Junho

«É indispensável encara a necessidade de debater com seriedade a descriminalização o consumo de algumas drogas e iniciar uma nova geração de políticas de apoio a toxicodependentes»

**Idem, ibidem**

«A reforma fiscal não deve quedar-se por uma série de medidas técnicas, só descodificadas pelos conhecedores das questões tributárias»

**Helena Roseta**  
Visão, 8 de Junho

«Portugal deve prosseguir o esforço de melhorar o nível das prestações sociais, ainda inferiores às médias europeias. Mas é preciso que, ao mesmo tempo, o esforço fiscal seja mais bem distribuído»

**Idem, ibidem**

«O problema do Governo, em minha opinião, não está no excesso de diálogo, como alguns querem fazer crer: está na falta de articulação e, sobretudo, na falta de visibilidade de medidas justas que mereçam o apoio generalizado dos portugueses»

**Idem, ibidem**

«Sócrates foi corajoso, combativo e demonstrou dominar aquilo sobre que falava, sem nunca se refugiar em chavões ou generalidades»

**Cáceres Monteiro**  
Visão, 8 de Junho



Por favor remeter este cupão para:  
Portugal Socialista  
Avenida das Descobertas 17  
Restelo  
1400 Lisboa

Quero ser assinante do Portugal Socialista na modalidade que indico. Envio junto o valor da assinatura.	
Cheque	Vale de correio
6 meses	12 meses
Valor	\$

Nome \_\_\_\_\_

Morada \_\_\_\_\_

Localidade \_\_\_\_\_

Código Postal \_\_\_\_\_

ASSINATURAS	6 MESES 2 NÚMEROS	12 MESES 4 NÚMEROS
Continente	500\$	800\$
Regiões Autónomas	700\$	1.200\$
Macau	1.300\$	2.400\$
Europa	1.500\$	2.900\$
Resto do Mundo	2.300\$	4.400\$

O valor das assinaturas de apoio é livremente fixado pelos assinantes a partir dos valores indicados.



Por favor remeter este cupão para:  
Acção Socialista  
Avenida das Descobertas 17  
Restelo  
1400 Lisboa

Quero ser assinante do Acção Socialista na modalidade que indico. Envio junto o valor da assinatura.	
Cheque	Vale de correio
6 meses	12 meses
Valor	\$

Nome \_\_\_\_\_

Morada \_\_\_\_\_

Localidade \_\_\_\_\_

Código Postal \_\_\_\_\_

ASSINATURAS	6 MESES 26 NÚMEROS	12 MESES 52 NÚMEROS
Continente	1.650\$	3.250\$
Regiões Autónomas	2.400\$	4.600\$
Macau	4.600\$	9.100\$
Europa	5.500\$	10.800\$
Resto do Mundo	8.500\$	16.600\$

O valor das assinaturas de apoio é livremente fixado pelos assinantes a partir dos valores indicados.

Ficha Técnica

**Acção Socialista**  
Órgão Oficial do Partido Socialista  
Propriedade do Partido Socialista  
Director  
**Fernando de Sousa**  
Redacção  
**J.C. Castelo Branco**  
**Mary Rodrigues**  
Colaboração  
**Rui Perdigão**  
Secretariado  
**Sandra Anjos**  
Paginação electrónica  
**Francisco Sandoval**  
Edição electrónica  
**Joaquim Soares**  
**José Raimundo**

**Redacção**  
Avenida das Descobertas 17  
Restelo  
1400 Lisboa  
Telefone 3021243 Fax 3021240  
**Administração e Expedição**  
Avenida das Descobertas 17  
Restelo  
1400 Lisboa  
Telefone 3021243 Fax 3021240  
**Toda a colaboração deve ser enviada para o endereço referido**  
Depósito legal N.º 21339/88; ISSN: 0871-102X  
**Impressão** Imprinter, Rua Sacadura Cabral 26, Dafundo  
1495 Lisboa **Distribuição** Vasp, Sociedade de Transportes e Distribuições, Lda., Complexo CREL, Bela Vista, Rua Táscoa 4.º, Massamá, 2745 Queluz